

Aula 00

História do Brasil p/ PM-BA (Soldado)

Com Videoaulas - 2020

Autor:

Marco Túlio Gomes

07 de Fevereiro de 2020

Sumário

1. Introdução	2
2.1. A pecuária	5
3.1. Redefinindo fronteiras	7
4. O extrativismo mineral	8
5.1. A Conjuração Baiana.....	12
Outras revoltas e conjurações do período colonial.....	13
Revolta de Beckman (1684).....	13
Guerra dos Emboabas (1707-1709).....	13
Guerra dos Mascates (1710-1711).....	14
Revolta de Vila Rica (1720).....	14
A Conjuração Mineira (1789)	14
6. A Independência do Brasil (1822)	16
6.1. Uma Corte nos trópicos: o período joanino (1808-1821)	16
A Revolução Pernambucana (1817).....	17
A Revolução Liberal do Porto (1821)	17
6.2. A Independência do Brasil e da Bahia	18
A Independência da Bahia (1822-1823)	19
O reconhecimento da Independência (1823)	21
7.1. A Constituição de 1824	23
7.2. Contestações e crise do Primeiro Reinado	23
8. Exercícios	25
8.1. IBFC.....	25
8.2. Outras bancas	29
9. Gabarito.....	34
9.1. Questões da IBFC	34
9.2. Questões de outras bancas.....	35
10. Questões Comentadas.....	35
10.1. IBFC	35
8.2. Outras bancas	41



1. INTRODUÇÃO

Olá, seja bem-vindo mais uma aula do **Curso de História do Brasil e da Bahia para Soldado (PM-BA)**!

Nessa aula, continuaremos a abordar o período colonial, com enfoque na diversidade de atividades econômicas existentes no território, incluindo a mineração. Além disso, também falaremos do processo de expansão territorial ocorrido no período, bem como as principais revoltas da América Portuguesa, em especial a Conjuração Baiana.

Em seguida, será abordado o processo de emancipação política do Brasil, incluindo a independência da Bahia. Por fim, falaremos do Primeiro Reinado, período que se estende entre 1822 e 1831.

Vale lembrar que minha missão é fazer com que ao final deste curso, você esteja mais próximo da sua aprovação. Para isso, você terá à sua disposição um curso que combina **aulas escritas**, com conteúdo e diversas questões voltados às especificidades da sua banca, e **videoaulas**, nas quais abordaremos todos os temas contemplados pelo edital. Confira o cronograma de nossas próximas aulas:



AULA 02	1. A Bahia no período regencial: a Revolta dos Malês e a Sabinada 2. O Segundo Reinado (1840-1889)	21/02/2020
AULA 03	1. A Primeira República (1889-1930): o primeiro Governo Provisório, Revolta da Armada, Assembleia Constituinte, Presidência de Deodoro da Fonseca, Revolta de Canudos, a Política dos Governadores, o Coronelismo, Movimentos Tenentistas, Coluna Prestes, Revolução de 1930	28/02/2020
AULA 04	1. Era Vargas (1930-1945) 2. Os presidentes do Brasil de 1964 à atualidade.	06/03/2020

E então, pronto para começar mais uma aula?

Bons estudos!

Prof. Marco Túlio



A ocupação da Amazônia

A região amazônica foi alvo de interesses de portugueses, ingleses, franceses e holandeses. Em 1616, os primeiros trataram de firmar sua presença na área fundando o Forte do Presépio, onde futuramente seria criada a cidade de Belém, atual estado do Pará. Na década seguinte, o Norte se tornou a **Capitania do Maranhão e Grão-Pará**.

Ao organizarem expedições pelo Amazonas, os portugueses se depararam com diversas especiarias com alto valor no mercado europeu, tais como o cravo, a baunilha, o cacau, o anil, a castanha-do-pará e o urucum. Essas espécies vegetais ficaram conhecidas como **drogas do sertão**, e foram exploradas pela Coroa por meio de concessão de incentivos e privilégios fiscais.

Outro elemento importante para a ocupação da região foi a criação de ordenações religiosas. Por volta de 1740, cerca de 50 mil índios habitavam os aldeamentos amazônicos, tutelados por ordenações jesuíticas e franciscanas. A presença destes religiosos foi interrompida em 1759, quando o Marquês de Pombal, secretário de Estado de D. José I, decretou a expulsão dos jesuítas da colônia.

Outra atividade econômica que merece destaque é o **cultivo do tabaco** para a produção de fumo. Espécie nativa do próprio continente, seu consumo se tornou apreciado no mundo inteiro já no começo do século XVII, sendo o produto mais importante para as exportações da América Portuguesa depois do açúcar. Conforme é possível observar no mapa anterior, seu cultivo se deu em regiões como o Pará, Maranhão e Pernambuco, sobretudo para ser utilizado como **moeda de troca no tráfico de escravizados vindos da África**. A Bahia se tornou a maior produtora de tabaco do Atlântico Sul, desenvolvendo seu cultivo principalmente na região do **Recôncavo Baiano**.



Figura 1 - Comerciante de tabaco, em litogravura incluída no álbum *Viagem pitoresca*, publicado em 1835, de Jean-Baptiste Debret. Fonte: Memória da Administração Pública Brasileira - MAPA.

Obs: Embora não apareça no mapa, a **mandioca** também foi outro produto cultivado em todas as partes do território brasileiro. Base da alimentação dos indígenas, ela também passou a ser cultivada para alimentar os escravizados, sobretudo como farinha. A Coroa chegou a estimular o plantio da mandioca nos engenhos, com o objetivo de evitar a escassez de alimentos na Colônia, mas muitos senhores de engenho optaram por ignorar as decisões reais.

2.1. A pecuária

O gado bovino foi introduzido no Brasil em 1534, a partir da expedição de Martim Afonso de Souza, na capitania de São Vicente. Aos poucos, rebanhos passaram a ser criados nos engenhos, afinal o boi era a força motriz para os **trapiches**¹, além de realizar o transporte da produção açucareira. Sua carne servia como alimento, enquanto o couro era utilizado na confecção de utensílios e de vestuário.

A destruição de lavouras pelos animais levou a Coroa portuguesa, por meio da Carta Régia de 1701, a proibir a criação de gado em uma área de dez léguas da costa, o que resguardava os interesses econômicos dos senhores de engenho. Partindo principalmente das capitanias da Bahia e Pernambuco, os currais se deslocaram até a região agreste, para em seguida, ganhar o sertão. Ao **sul da colônia**, a paisagem dos pampas também se mostrou favorável à criação de bovinos, o que fez a região se consolidar como **produtora de couro** voltado para exportação.

Diferentemente da atividade açucareira, a pecuária não exigia um grande contingente de trabalhadores ou vultuosos recursos financeiros. Geralmente as áreas de criação, denominadas de currais, empregavam em média uma dúzia de homens livres, os chamados vaqueiros. Eles recebiam seu pagamento em gado, um boi a cada quatro criadas durante cinco anos.

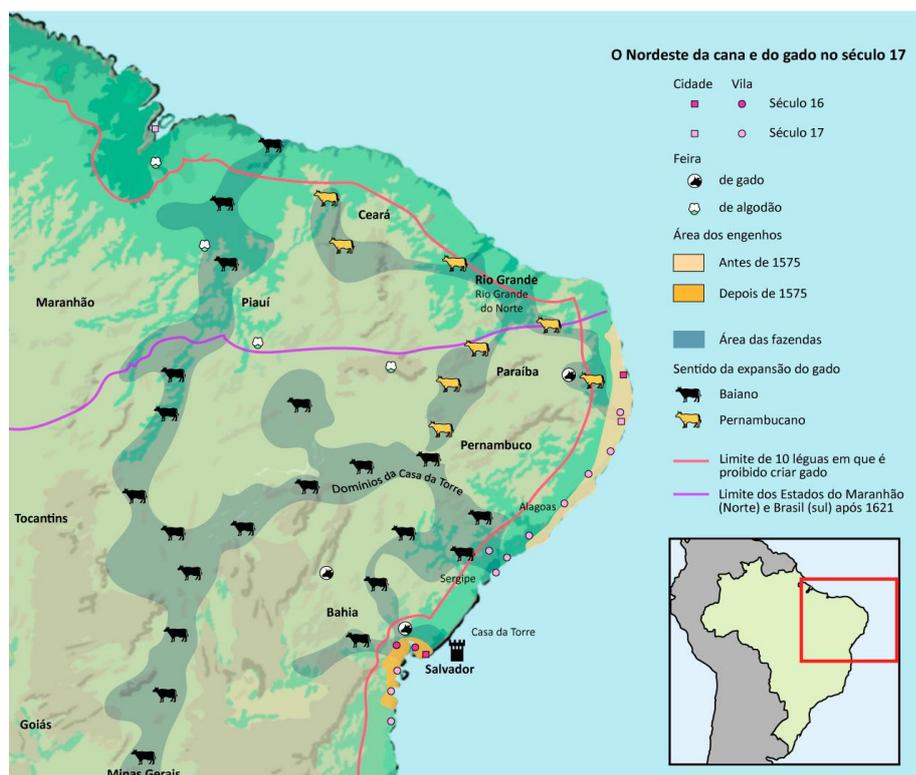


Figura 2 - Mapa da expansão da atividade pecuária na América Portuguesa.

¹ Engenhos movidos por tração animal.



3. A EXPANSÃO TERRITORIAL

Ao contrário dos dias atuais, São Paulo estava longe de ser a localidade mais próspera economicamente durante o período colonial. Com o fim dos engenhos de São Vicente, sua economia volta-se para a subsistência, permanecendo isolada do lucrativo nordeste do açúcar. Além disso, o grande número de habitantes indígenas e mestiços naquela capitania fez com que o tupi fosse a língua predominante em vilas como São Paulo do Piratininga, onde só dois em cada cinco habitantes conheciam o português.

Quando os holandeses invadiram Pernambuco, também providenciaram a tomada de entrepostos de aquisição de escravizados dos lusos na costa da África, dificultando a vinda de mercadorias humanas para o Brasil. Diante da demanda crescente de força de trabalho pelos engenhos, diversos paulistas adentraram os sertões da colônia em busca de indígenas para serem escravizados, em expedições conhecidas como **bandeiras de apresamento**. Elas também contavam com a participação de indígenas e mamelucos, e em muitos casos, obtinham seus cativos invadindo e destruindo aldeias organizadas pelos jesuítas.



Figura 3 - Soldados índios de Mogi das Cruzes (Província de São Paulo) combatendo os Botocudos, por Jean-Baptiste Debret, 1834.
Fonte: Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo.

Em 1648, após a retomada dos locais de aquisição de cativos na costa da África pelos portugueses, o comércio de “gentios”, como eram chamados os indígenas, não se mostrou mais tão lucrativo. Dessa forma, diversas bandeiras passaram a se dedicar à **repressão de insurreições de escravos africanos**, como a já mencionada expedição de Domingos Jorge Velho, destruidora de Palmares em 1694.

Quando o comércio do açúcar começou a apresentar sinais de desgaste em razão da concorrência holandesa, Portugal retomou sua esperança de encontrar metais preciosos em seu território. Estando tão próximos da América Espanhola, que desde o início da colonização se mostrou extremamente abundante em riquezas minerais, eles estavam decididos a percorrer o interior de seu território em busca de fortunas tão fabulosas quanto a de seus vizinhos.

Em 1671, o governador do Brasil, Afonso Furtado, solicitou que Fernão Dias Paes organizasse uma grande bandeira em busca de pedras e metais preciosos. O paulista, que na época já tinha mais de 70 anos, aceitou a tarefa, chegando a localizar pedras esverdeadas em seu caminho. Embora tenha morrido acreditando ter encontrado uma jazida de esmeraldas, eram na verdade turmalinas, pedras sem o mesmo valor comercial.

Em 1690, a Coroa portuguesa começou a negociar as vantagens oferecidas para os bandeirantes paulistas que se embrenhassem pelas matas em busca de riquezas minerais pelo seu soberano. Honras, mercês e a posse dos achados foram garantidas pela metrópole, além do direito de explorar a mão de obra indígena capturada pelo caminho. Só aí o ouro apareceu: em 1682, o bandeirante **Borba Gato** encontrou uma quantidade satisfatória do mineral em Sabará, atual Minas Gerais.

A notícia do **achamento de ouro** rapidamente se espalhou, atraindo uma multidão de faiscadores que buscavam abandonar a miséria. Contudo, a produção dos pequenos roçados de mandioca e outros alimentos foram insuficientes para a grande quantidade de pessoas que chegava na região das Minas, culminando em um quadro devastador. Nas palavras do padre Antonil, os mineiros *morriam de fome com as mãos cheias de ouro*, restando aos que sobreviviam se alimentar do que encontravam, incluindo cães, gatos e ratos, pequenos répteis e raízes.

Para Coroa, que só foi oficialmente comunicada do achado em 1697, o desafio era conter as rotas que levavam ouro clandestinamente para a Europa, sem passar pelo fisco da metrópole. Para piorar, pessoas vindas de todas as partes da América Portuguesa e da metrópole percorriam longas distâncias em busca do enriquecimento rápido, o que levou a Coroa a restringir a saída de súditos de Portugal em 1720. Contudo, pelo menos 600 mil lusitanos chegaram na região das Minas.

3.1. Redefinindo fronteiras

Antes de avançarmos, perceba que tratamos de diversos elementos que estimularam a expansão das fronteiras dos domínios portugueses para além dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas. **Jesuítas** organizaram reduções bem além dos limites da América Portuguesa, enquanto **expedições** partidas de São Paulo percorreram os sertões em busca de indígenas e metais preciosos. Por fim, **criadores de gado** se instalavam cada vez mais no interior do território.

Como dissemos, tudo isso contribuiu para dar início a um processo de ocupação do território, acelerado com o achamento de ouro. Também é preciso levar em conta que no período conhecido como **União Ibérica** (1580-1640), Portugal e Espanha mantiveram-se sob domínio do mesmo monarca, o que tornou os limites de suas colônias nas Américas cada vez mais flexíveis.

Embora espanhóis e lusos tenham se enfrentado violentamente por décadas pelos territórios da América do Sul, em 1750 um novo acordo foi ratificado entre ambos, o **Tratado de Madri**. Com ele, Portugal passou a dispor do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Amazônia. Pouco tempo depois, novos desarranjos entre as duas monarquias ibéricas levaram à assinatura do **Tratado de Santo Ildefonso** (1777), que fez com que os lusos perdessem áreas significativas do Rio Grande do Sul para os espanhóis. Por fim, parte destes territórios foram recuperados com o **Tratado de Badajóz** (1801), mas que não garantiram aquilo que Portugal tanto almejava: a foz do rio da Prata, onde era escoado pelos espanhóis a prata extraída das minas do Potosí, na atual Bolívia.





Figura 4 - Diversos tratados alteraram as fronteiras entre as Américas espanhola e lusa a partir do século XVIII.

4. O EXTRATIVISMO MINERAL

Cabe destacar que a maior parte deste ouro era de fácil extração nos leitos dos rios, o chamado **ouro de aluvião**. Isso dificultava imensamente o controle da Coroa sobre a região das Minas, o que a levou por meio de suas autoridades instituir uma série de alvarás, regimentos e outras normativas a fim de coibir o contrabando. Nem os padres ficaram de fora da mira dos funcionários da metrópole: constatada a participação de muitos deles no transporte ilegal de ouro, em 1709 as **ordens religiosas foram proibidas na região das Minas**.

O primeiro documento criado pela Coroa a fim de regular a exploração aurífera foi o **Regimento de 1702**, que criava a **Intendência das Minas**, responsável pela administração e cobrança de tributos na região. Podemos destacar dois deles:

- **Quinto** → Conforme sugere o próprio nome, 1/5 de todo o ouro extraído deveria ser entregue a Coroa portuguesa. Para que isso fosse devidamente fiscalizado pelos funcionários da metrópole, era preciso que o metal fosse transformado em barra e identificado com um selo da Coroa nas casas de fundição, onde já era cobrado o quinto. A circulação de ouro em pó ou em pepita era proibida.
- **Capitação** → Cobrança de um valor por cada escravo empregado na atividade mineradora.



Além disso, também era função do intendente a repartição das jazidas em lotes, denominadas **datas**. O descobridor da jazida tinha direito a duas delas, enquanto uma era tida como da Coroa. As demais eram sorteadas entre aqueles que se candidatassem para a exploração, tendo direito a datas maiores aqueles que dispusessem de mais escravos para a atividade mineradora.

O momento de apogeu da atividade mineradora foi marcado pela **descoberta de diamantes** no Arraial do Tijuco (atual Diamantina), região norte das Minas Gerais. Ali a circulação de pessoas era ainda mais restrita, sendo sua exploração realizada por apenas um indivíduo, o **contratador**.

Em 1763, **a capital foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro**. A mudança foi realizada com o intuito de manter um controle ainda maior sobre os caminhos do ouro, que embarcava para a Europa a partir do Rio de Janeiro. Vale destacar, contudo, que isso não impediu que Salvador se mantivesse como um dos principais centros urbanos e comerciais da Colônia das décadas seguintes, sobretudo pela sua importância no tráfico de escravizados africanos que abasteciam as minas e os engenhos.

E por falar em caminhos, só eram permitidas duas rotas para a mercadoria: o Caminho Geral do Sertão, que cortava o Vale do Paraíba, e o **Caminho Novo**, que diminuía o trajeto do litoral até a região das Minas. A abertura deste último permitiu a criação de uma rede de circulação de alimentos, produzidos por regiões que se especializaram no **abastecimento da área mineradora**. Assim sendo, **um forte mercado interno foi formado** a partir da atividade mineradora, mobilizado por tropas de mulas conduzidas pelos chamados **tropeiros**, responsáveis pelo comércio de produtos de diversas partes da América Portuguesa.

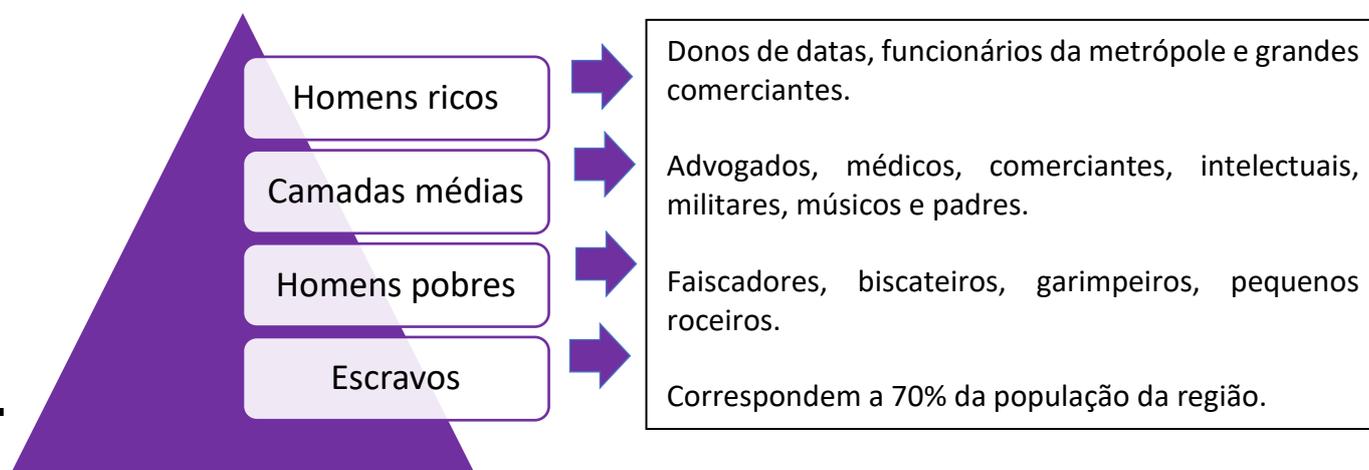
Atenção: Entre 1690 e 1750 foi encontrado ouro nos territórios que correspondem aos atuais estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Goiás e Mato Grosso.



Figura 5 - Mapa da exploração aurífera e sua relação com mercadorias de outras capitânicas.

Uma das principais consequências da exploração do ouro foi a **expansão territorial e populacional da Colônia**. Como o grande fluxo de pessoas se deslocando para o interior do país, novas vilas foram fundadas, contribuindo para a ocupação dos domínios portugueses. Além disso, vimos que a atividade aurífera também estimulou o surgimento de indivíduos dedicados ao abastecimento da região das minas, seja com alimentos, animais ou escravizados. Com isso, foi estimulada a **integração entre as capitanias**, que até então tinham permanecido isoladas entre si.

A mineração foi acompanhada pela fundação de diversas vilas na região das Minas, incluindo Vila Rica de Ouro Preto (1711), a Vila Real de Sabará (1711), e Ribeirão do Carmo, conhecida como Mariana (1711). Assim sendo, vê-se que uma das características das Minas era a **colonização de base urbana**. Vila Rica, capital da capitania de Minas Gerais, contava com belíssimas igrejas e outras edificações em estilo barroco, ruas calçadas em pedra sabão, pontes, chafarizes públicos, e até uma Casa da Ópera. Ali, bem como em outros centros urbanos, formou-se uma população diversificada, que podemos categorizar da seguinte maneira:



Embora poucos se enriquecessem com a exploração metais e pedras preciosas, outras atividades econômicas permitiram a existência de alguma **mobilidade social** nas Minas, sobretudo daqueles comerciantes que se dedicaram ao abastecimento da região com alimentos produtos vindos do exterior.

Outras características também merecem destaque. Trata-se de uma sociedade **fortemente miscigenada**, onde homens livres e escravizados se cruzavam por toda parte nos espaços urbanos. Ela concentra o maior número de **libertos** de toda colônia, o que mostra ser mais recorrente o número de **alforrias** na região das Minas que na sociedade açucareira.

Era comum que muitas cativas que executavam atividades domésticas fossem também **escravas de ganho**, ou seja, se dedicassem à venda de mercadorias nas ruas. Conhecidas como "negras de tabuleiro", os lucros que obtinham eram repassados aos seus senhores, mas parte poderia ser mantida por ela, o que lhe permitia acumular para comprar sua própria alforria – ou seja, a sua liberdade. Estes casos, no entanto, eram raros, sendo mais recorrente a libertação de escravizados por motivos econômicos, especialmente no momento de crise da atividade mineradora.

Um dos aspectos da sociedade mineradora que merece destaque é a criação das **irmandades leigas**, ou seja, que não eram compostas por clérigos. Vale lembrar que as ordens religiosas foram expulsas da região das Minas em 1709, o que fez surgir diversas irmandades e confrarias devotas a algum santo, pelo qual construíam Igrejas, organizavam festas religiosas e procissões, além de se dedicarem a atividades

assistencialistas. Podemos dizer que elas se dedicavam à organização da vida social e religiosa na colônia, sendo, portanto, importantes instrumentos de construção de laços de sociabilidade entre seus membros.

Algumas dessas associações eram formadas exclusivamente por escravos e mestiços, onde era possível a expressão de sua cultura e religiosidade. No entanto, a permissividade das autoridades metropolitanas em relação às manifestações religiosas dos cativos não era um ato de bondade, mas uma forma de enquadrá-los em uma lógica de vigilância constante. Sendo a população da região das Minas majoritariamente composta por escravos, era melhor para as autoridades administrativas e religiosas que eles e os “desclassificados”, como eram chamados os homens pobres, fossem devidamente registrados.

5. REVOLTAS E CONJURAÇÕES NA AMÉRICA PORTUGUESA

Insurreição. Sedição. Rebelião. Assuada. Muitos eram os termos utilizados para denominar as diversas revoltas que eclodiram durante o período colonial entre os séculos XVII e XVIII, consideradas graves ameaças à manutenção do Império Colonial Português pelas autoridades aqui instaladas. Devido a isso, boa parte desses episódios foram duramente reprimidos pela Coroa lusa, que aplicou penas exemplares aos revoltosos a fim de desestimular qualquer insubordinação contra a administração colonial.

Cabe destacar que as revoltas que veremos a seguir não confrontavam a autoridade do rei português, mas sim a forma como seus representantes conduziam os negócios de Portugal na América. Em outros casos, como na Guerra dos Emboabas e na Guerra dos Mascates, verificou-se a disputa de grupos adversários pelo domínio sobre uma determinada região.



Figura 6 - Mapa dos conflitos na América Portuguesa.

Fonte: ARRUDA, José Jobson de A. Atlas histórico básico. 17ª ed. São Paulo: Ática, 2008.p. 40.

ATENÇÃO: Veremos todas as principais revoltas do período colonial nas páginas seguintes. Contudo, você deve dar maior atenção a Conjuração Baiana, destaca pelo edital do concurso.



5.1. A Conjuração Baiana

Em 1798, a cidade de Salvador foi inundada por panfletos em linguagem simples e rude, que versavam sobre as **ideias de República e democracia**, sendo o primeiro movimento da América Portuguesa a considerar as camadas pobres da população como sujeitos dotados de direitos políticos. Sua inspiração eram as chamadas “francesias”, nome dado para os princípios de liberdade e igualdade da Revolução Francesa, que para o temor das autoridades metropolitanas, também alcançavam a Colônia. No Haiti, uma revolução comandada por escravizados e homens pobres expulsara os brancos do poder, causando pânico entre as elites das demais partes das Américas Espanhola e Portuguesa.

Influenciados pelas revoluções francesa e haitiana, negros e mulatos pobres promoveram saques a estabelecimentos comerciais de portugueses, motivados pelas duras condições de vida na cidade de Salvador. Sabe-se que também chegaram a propor o **fim da escravidão** em um de seus panfletos, além de serem o único movimento das colônias a contarem com a **participação de mulheres negras**, como as escravas Ana Romana e Domingas Maria do Nascimento.

Diferentemente dos conjurados das Minas, os conspiradores baianos faziam questão de que seus posicionamentos políticos fossem conhecidos publicamente, se utilizando de adornos que os marcavam como simpatizantes das ideias francesas. Segundo o relato de uma das autoridades era fácil distingui-los pelas ruas de Salvador: ao se deparar com um homem “com brinquinho na orelha, barba crescida, até o meio do queixo, com um búzio de Angola nas cadeias do relógio, este era Francês e do partido da rebelião” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 149).

O movimento, chamado de “sedição dos mulatos” pelas autoridades coloniais, não chegou a dar origem a um conflito com as forças militares portuguesas, uma vez que suas lideranças logo foram delatadas. Lucas Dantas, João de Deus, Manuel Faustino e Luís Gonzaga das Virgens – todos homens negros e pobres – foram condenados a forca pelas autoridades da capitania, e seus corpos esquartejados e fixados em vários pontos de Salvador, alertando para que nenhum súdito voltasse a desafiar a autoridade da Coroa.



Figura 5 - Igreja do Hospício de N. S. da Piedade da Bahia, por Rugendas. Fonte: Impressões Rebeldes.

O movimento adquiriu diversos significados ao longo da História, o que o fez adquirir nomes distintos. Para as autoridades metropolitanas, foi uma “Sedição de Mulatos” - uma sublevação. Atualmente, contudo, os historiadores o denominam de Conjuração Baiana, episódio que permite **reflexões a questão de gênero e raça no passado e no presente**. Esta também é a perspectiva dos movimentos negros da contemporaneidade, que costumam denominar a Conjuração Baiana de **Revolta dos Búzios**, em referência ao fato de alguns conjurados usarem uma pulseira com um búzio (concha em forma de espiral) pendurado, com o intuito de facilitar a identificação entre si.



5.2. Outras revoltas e conjurações do período colonial

Revolta de Beckman (1684)

Em 1684, um grupo de senhores de engenho e comerciantes liderados pelos irmãos Manuel e Thomas Beckman, se revoltaram contra a situação do Maranhão no final do século XVII. Até então, a escravização dos indígenas para que desempenhassem os trabalhos braçais era algo comum na região, mas um decreto do rei português D. Pedro proibiu que os nativos continuassem a ser subjugados.

Para os colonos, a restrição do uso dos indígenas comprometia a oferta de mão de obra para as atividades do engenho, afetando economicamente os produtores da região. Além disso, a metrópole também havia criado a Companhia de Comércio do Maranhão e do Grão-Pará, com o objetivo de monopolizar as exportações dos produtos da região, e conseqüentemente, evitar o contrabando e a sonegação de tributos.

Diante do aumento do cerco de Portugal, os colonos tomaram o local onde eram vendidos os produtos da região para a Companhia de Comércio, e deram voz de prisão aos funcionários da metrópole. Também depuseram o governador da capitania, nomeando em seu lugar uma junta administrativa instalada na Câmara Municipal. Por fim, expulsaram os jesuítas, considerados culpados pela decisão real que proibia a escravização dos indígenas.

O governo dos revoltosos durou por ano, mas foi duramente combatido pelas tropas enviadas por Portugal, acompanhadas do novo governador da capitania, Gomes Freire de Andrade. Manuel Beckman e Jorge de Sampaio e Carvalho, outra liderança do movimento, foram enforcados em praça pública, enquanto Thomas Beckman foi preso e proibido de retornar à capitania natal. Por fim, diversos outros integrantes da revolta foram açoitados.

Guerra dos Emboabas (1707-1709)

A Guerra dos Emboabas foi um conflito travado pelo direito de exploração de jazidas de ouro descobertas na região de Minas Gerais, no início do século XVIII. Por terem descoberto o metal, os paulistas acreditavam serem os únicos a terem o direito de prospectá-lo, se opondo à presença de forasteiros na região, chamados pejorativamente por eles de “**emboabas**”.

Estima-se que a população da região das Minas fosse em torno de 30 mil habitantes, no início do século XVIII, a maior parte deles emboabas. Diante da inferioridade numérica dos paulistas, em 1707 os “forasteiros” tentaram expulsar o seus adversários e tomarem o controle da zona aurífera. Em um dos primeiros episódios do conflito, mais de trezentos paulistas foram cercados, e se renderam após a promessa de que seriam poupados se não resistissem. Contudo, o capitão dos emboabas, Bento Coutinho, não cumpriu com a sua palavra, e todos foram exterminados. O massacre ficou conhecido como Capão da Traição.

A fim de retomar o controle sobre seus súditos, a Coroa portuguesa **criou a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro**, separando este território da administração do Rio de Janeiro. Com isso, novos funcionários da Coroa se instalaram nas proximidades da região das Minas, o que possibilitava maior fiscalização do ouro encontrado e contenção das insurreições. Quanto aos paulistas sobreviventes, muitos se dirigiram para regiões como Goiás e Mato Grosso, onde foram encontradas novas jazidas de ouro, enquanto outros



passaram a se dedicar à agricultura, voltada para o abastecimento das áreas de exploração de metais preciosos.

Guerra dos Mascates (1710-1711)

Na segunda metade do século XVII, Pernambuco se tornou palco da disputa entre dois grupos econômicos. O primeiro deles, composto por importantes senhores de engenho, monopolizavam a Câmara Municipal de Olinda, sede da capitania pernambucana, e se consideravam membros da “nobreza da terra” pelos serviços prestados na expulsão dos holandeses da colônia. Já Recife, povoamento vizinho de Olinda, era habitado por ricos comerciantes portugueses, pejorativamente denominados de “mascates” pelos seus adversários.

Conforme os aristocratas do açúcar olindenses se atolavam em dívidas, Recife despontava como o mais importante centro comercial da capitania. Os “mascates”, no entanto, eram constantemente impedidos de integrarem a Câmara Municipal de Olinda, considerados inferiores pelos habitantes da cidade vizinha.

Em 1710, atendendo a reivindicações dos comerciantes portugueses, o rei de Portugal elevou Recife à categoria de vila, possibilitando a criação de uma Câmara de Vereadores autônoma de Olinda. A decisão não foi aceita pelos olindenses, que invadem a vila vizinha e depõem o governador da capitania. Os conflitos entre os dois grupos se estenderam até 1711, quando foi acordado pelo novo governador que cada uma das cidades se tornaria sede da capitania por um semestre.

Revolta de Vila Rica (1720)

Foi um movimento no qual as elites econômicas da cidade de Vila Rica buscaram extinguir as **Casas de Fundição**, local onde o ouro era transformado em barras e dele extraído o **quinto**, imposto pago à Coroa. Comandados pelo tropeiro Felipe dos Santos, os revoltosos promoveram diversos tumultos nas ruas de Vila Rica, atual Ouro Preto, atraindo a adesão de setores populares. Não tardou para que o conde de Assumar respondesse a altura, cercando a cidade e exterminando participantes da insurreição. Felipe dos Santos, por sua vez, foi morto e esquartejado, sendo sua cabeça exposta em local público. Após enfrentar tantas revoltas nas regiões auríferas, a Coroa portuguesa decidiu reforçar a fiscalização por meio da criação da capitania de Minas Gerais, em setembro de 1720.

A Conjuração Mineira (1789)

A partir da segunda metade do século XVIII as **ideias iluministas** ecoaram da França para diversas partes do mundo, alcançando também, ainda que clandestinamente, as bibliotecas das elites coloniais na América. As conjurações mineira e baiana, embora deflagradas por grupos sociais distintos, tiveram em comum o fato de serem influenciadas pelo pensamento iluminista, comportando principalmente três elementos:

- a **noção de que existiam direitos naturais dos homens**, como a propriedade e a liberdade, sobre os quais os governos deveriam garantir a proteção;
- a **ideia de que a soberania residia no povo**, e não na figura do rei;
- a compreensão de que as **leis deveriam refletir a vontade daqueles a quem elas se dirigem**, só devendo ser restritivas para limitar condutas prejudiciais à vida em sociedade (FREITAS NETO; TASINAFO, 2006, p. 369).



Ademais, eram **movimentos separacionistas**, ou seja, que buscavam o rompimento das relações com a metrópole portuguesa; e **republicanos**, uma vez que consideravam esta estrutura política a mais adequada para a organização de um novo governo. Vimos sobre a Conjuração Baiana no início desta seção, vejamos um pouco mais sobre a Conjuração Mineira.

As riquezas extraídas da região das Minas possibilitaram a formação de uma elite econômica letrada, composta por clérigos, médicos, engenheiros, magistrados e poetas. Ao final do século XVIII, o rigor da política de arrecadação de impostos da metrópole, incondizente com a realidade da extração de ouro das Minas, se tornou um incômodo para esses homens, que acreditavam ser possível a exploração de outras atividades econômicas na região.

Embora fosse perceptível o **declínio da produtividade das minas auríferas**, Lisboa se mostrou irredutível quanto a necessidade dos colonos manterem o pagamento da mesma quantidade de arrobas de ouro cobradas anualmente. Para isso, ameaçou decretar a **derrama**, imposto individual e proporcional aos rendimentos dos súditos, cujo não pagamento poderia resultar no confisco de bens para a quitação das dívidas. Para piorar, a metrópole limitou o acesso das elites coloniais aos postos da administração.

O visconde de Barbacena, Luís Antônio Furtado de Mendonça, anunciou seu intento de suspender a derrama ao ser nomeado governador da capitania de Minas Gerais, mas permanecia entre as elites locais o temor de que o imposto pudesse ser cobrado a qualquer momento.

Diante disso, Tomás Antônio Gonzaga, ouvidor de Vila Rica, os advogados Cláudio Manuel da Costa e Inácio José de Alvarenga Peixoto, o padre José da Silva e Oliveira Rolim, o cônego Luís Vieira da Silva e outros homens ilustrados das Minas Gerais passaram a promover reuniões secretas, nas quais formulou-se o **projeto de implantação de uma República** na região, sediada em São João Del Rei.

O grande propagandista da Conjuração Mineira foi Joaquim José da Silva Xavier, que divulgou as ideias do movimento entre classes sociais distintas em várias partes da província. Embora tenha exercido os ofícios de tropeiro e comandante do Destacamento do Caminho Novo, seu prestígio foi conquistado devido a uma de suas habilidades que acabou se tornando seu apelido: **Tiradentes**.

Inspirados na **Revolução Americana**, que tornara independente as Treze Colônias da América Inglesa em 1783, os conjurados almejavam implantar uma República Confederada, cabendo a Tomás Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Luís Vieira da Silva organizarem o novo governo e uma constituição. A ideia era que o movimento eclodisse na data de decretação da derrama, e que a Coroa lusa fosse forçada a negociar com os conjurados diante dos altos custos que teria no deslocamento de tropas até a Colônia.

O movimento, no entanto, não saiu conforme planejado, afinal as demais capitanias do Brasil não aderiram à conspiração. Também se esperou apoio dos Estados Unidos após correspondência estabelecida entre os conjurados e Thomas Jefferson, mas naquele contexto o país ainda não dispunha de condições para interferir em questões externas.

As penas para os “inconfidentes” foram duras: além de terem seus bens confiscados, muitos foram enviados para a África, outros condenados a prisão perpétua em Portugal. O poeta Cláudio Manuel da Costa, um dos principais nomes do movimento, foi encontrado morto em sua cela. Já sobre Tiradentes, que não era uma liderança da Conjuração, foi aplicada a mais terrível das penas. Após ser enforcado no dia 21 de abril de 1792, no Rio de Janeiro, seu corpo foi esquartejado e espalhado por várias estradas da capitania; sua casa em Vila Rica queimada, e o solo salgado para que nem mesmo seus descendentes pudessem cultivá-lo.



6. A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822)

O processo de independência do Brasil foi diferente daquele observado no restante da América Latina. Enquanto as lutas pela emancipação política na América Espanhola deram origem a diversas repúblicas, nosso processo de independência manteve a forma de governo monárquica e a unidade do território. Além disso, ele foi marcado pela transferência da Corte portuguesa para o Brasil, dando início ao chamado período joanino. Vejamos um pouco mais sobre ele.

6.1. Uma Corte nos trópicos: o período joanino (1808-1821)

A ideia de transferência da Corte portuguesa para a América existia desde o final do século XVII, mas ganhou força a partir de 1796, quando um projeto detalhado foi desenvolvido por um dos ministros do príncipe João, D. Rodrigo de Souza Coutinho. Para ele, a posição do Império luso entre as potências europeias dependia diretamente das riquezas obtidas na América Portuguesa, então era preciso garantir que o território não tivesse o mesmo destino que as Treze Colônias da Inglaterra.

O projeto de Coutinho ganhou força no início do século XIX, durante a chamada Era Napoleônica. Portugal se viu incapaz de atender ao boicote comercial da Inglaterra decretado por Napoleão Bonaparte, pois era extremamente dependente de seus produtos industriais. Com o avanço das tropas napoleônicas para Lisboa, D. João tomou uma decisão às pressas: apoiados pelos ingleses, **transferiu a Corte portuguesa para o Brasil**, em novembro de 1807. Embora não se saiba ao certo quantos vieram junto com a Família Real, alguns historiadores chegam a dizer que mais de 10 mil pessoas desembarcaram no Rio de Janeiro no dia 07 de março de 1808, incluindo nobres, comerciantes e funcionários do Estado.

Uma das primeiras ações do príncipe no Rio de Janeiro foi decretar **a abertura dos portos às nações amigas**, ou seja, a Inglaterra. Dois anos depois, foi assinado o **Tratado de Comércio e Navegação** (1810), no qual a taxa dos produtos ingleses que desembarcavam no Brasil era reduzida para 15%. Já os produtos portugueses pagavam 16%, e as demais nações, 24%. O acordo econômico trouxe pelo menos duas consequências para o Brasil:

- **o fim do chamado pacto colonial** → se até então era preciso que um produto inglês passasse por Lisboa para poder seguir para o Brasil, com a Corte sediada no Rio de Janeiro, os mercadores ingleses tinham acesso direto ao seu mercado consumidor na América, enquanto comerciantes brasileiros adquiriam maior liberdade de atuação.
- **“britanização da economia”** → o mercado brasileiro foi abarrotado de mercadorias inglesas, como sapatos, talheres, tecidos, ferragens e até algumas excentricidades, como pesadas mantas de lã e até patins de gelo!

A chegada da Família Real também trouxe grandes mudanças no cenário cultural e científico. Para formar funcionários qualificados na nova sede do Império, D. João criou novas instituições de ensino, como a Escola Superior de Matemática, Ciências, Física e Engenharia, a Escola Médico-Cirúrgica e a Escola de Comércio e Administração. Também foi criado o **Banco do Brasil**, que garantiu a concessão de recursos para novos investimentos, e a **Imprensa Régia**, que editava o primeiro jornal publicado em terras brasileiras, a Gazeta do Rio de Janeiro.



O período joanino também foi marcado pela vinda de diversos artistas, como Nicolas-Antoine Taunay, Jean Baptiste Debret, Auguste-Marie Taunay, entre outros. Muitos deles mantiveram-se vinculados a Napoleão Bonaparte, e após a restauração dos Bourbon na França, embarcaram rumo ao Brasil para oferecer seus serviços ao príncipe regente.

A Revolução Pernambucana (1817)

A presença da Corte em solo americano legou altos impostos para Pernambuco, causando grande insatisfação das elites locais e da população humilde. Temendo a organização de uma revolta, o administrador da província mandou prender alguns indivíduos, o que acabou por incitar a eclosão de um movimento emancipacionista.

Em Recife, um governo republicano foi organizado, garantindo tolerância religiosa, liberdade de imprensa e igualdade de direitos para os proprietários. A escravidão, por sua vez, foi mantida, afinal boa parte das lideranças do movimento eram membros das elites econômicas.

Os pernambucanos pediram apoio dos Estados Unidos e Inglaterra, mas sua República durou apenas dois meses. Depois de derrotados por tropas ligadas ao poder central, os líderes da revolução foram condenados à morte.

A Revolução Liberal do Porto (1821)

Apesar da derrota definitiva de Napoleão, D. João não dava sinais de que retornaria para Lisboa. Em 1815, o príncipe regente **elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves**, fazendo com que o território americano passasse a ter o mesmo *status* que Portugal. No ano seguinte, devido à morte de D. Maria I, foi coroado D. João VI.

A permanência de D. João VI no Brasil causava grande desconforto aos súditos portugueses, que se sentiam abandonados pelo seu monarca e inferiorizados pela preferência dada para a Colônia. Inspirados pelas ideias ilustradas, em agosto de 1824 eclodiu a Revolução Liberal do Porto, movimento que exigia o retorno do rei para Portugal e a convocação das Cortes portuguesas para a criação de uma Constituição. Em outras palavras, buscavam o **fim do absolutismo**.

O debate das ideias políticas que envolviam a Revolução Liberal não ficou restrito à antiga metrópole. Por meio de panfletos, folhetins e jornais, muitos brasileiros se engajaram na disputa entre “corcundas”, apelido dado aos defensores do Antigo Regime, e constitucionais. Manifestações de apoio aos revolucionários de Porto partiram do Pará e Bahia, províncias que nutriam laços firmes com Portugal. Em abril de 1821, D. João VI decidiu retornar para Lisboa, deixando como regente D. Pedro.



Figura 6 - Aclamação do rei D. João VI no Rio de Janeiro, por Jean Baptiste Debret, 1839.

Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

6.2. A Independência do Brasil e da Bahia

Enquanto D. Pedro tentava governar o Brasil após o esvaziamento dos cofres públicos por D. João VI, em Portugal iniciavam os preparativos para a criação de uma nova Constituição. Entre os deputados da colônia que participaram das reuniões das Cortes em Lisboa, ficou claro que os lusos almejavam retomar a hegemonia política de todo o Império, impedindo os brasileiros de conservar um governo próprio.

Em 29 de setembro de 1821, as Cortes exigiram o retorno do príncipe regente para Portugal, mas este foi convencido a permanecer no Brasil pelas elites locais. A ideia de independência ganhava força entre as elites do Rio de Janeiro e de São Paulo, dispostas a manter a forma monárquica de governo para conservar a unidade territorial e os privilégios e a autonomia comercial conquistados a partir do período joanino.

Os defensores da permanência do príncipe regente integravam o chamado **Partido Brasileiro**. Não se trata de um partido político como entendemos hoje, mas uma corrente de opinião que incluía lideranças como José Bonifácio, Gonçalves Ledo e o baiano Cipriano Barata. Eles tinham visões distintas quanto ao novo país, mas se reuniam em alguns momentos em favor da independência do Brasil.

O Partido Brasileiro redigiu um abaixo-assinado, no qual mais de 8 mil brasileiros assinaram em favor da permanência de D. Pedro. Ao recebê-lo, ele teria dito: "Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico". O episódio ficou conhecido como o **Dia do Fico**.

O 7 de setembro, eternizado pelo feriado como a data de Independência do Brasil, não teve grande importância para o desenrolar dos acontecimentos, já que separação de Portugal foi oficializada com a aclamação de D. Pedro como imperador constitucional do Brasil, em 12 de outubro, e pela sua coroação, em 10 de setembro.



Figura 7 - Aclamação de D. Pedro, em 12 de outubro de 1822.
Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

A Independência da Bahia (1822-1823)

Porque a Independência é comemorada na Bahia no dia 02 de Julho, e não no dia 07 de Setembro, como no restante do país?

Em 1822, a posição da Bahia poderia decidir os embates entre defensores da independência e aqueles que se colocavam contra o processo. Era a terceira província mais populosa do Brasil, com 765.000 habitantes – 524.000 deles, escravizados. Salvador concentrava boa parte da indústria naval do território, além de ser um dos mais importantes centros de exportação de açúcar, algodão e tabaco, além de sua principal atividade econômica, o tráfico negreiro. Um dos relatos da cidade é fornecido pelo missionário americano Daniel P. Kidder, que faz uma descrição dela pouco tempo depois:

A cidade baixa não é feita para causar boa impressão aos visitantes. Os edifícios são antigos, embora tenham a fachada bonita. As ruas são estreitas, esburacadas e caóticas, congestionadas por carregadores e pessoas de toda espécie. O esgoto sem tratamento corre pelo meio delas espalhando uma fedentina insuportável. É o segundo entreposto comercial da América do Sul. E tudo é carregado nos ombros e cabeças dos escravos. São milhares de caixas de açúcar e fardos de algodão. Negros altos e atléticos podem ser vistos movendo-se em duplas ou grupos maiores — de quatro, seis ou oito pessoas — com pesadas cargas suspensas entre eles. Muitos estão espalhados pelas ruas, deitados sobre suas cargas ou no chão, lembrando uma gigantesca serpente negra enrolada sob o sol. Cantam e dançam enquanto caminham, mas o ritmo é lento e melancólico, como numa marcha fúnebre. Outro grupo é dedicado ao transporte de passageiros, em cadeirinhas equipadas com poltronas e almofadas.



Figura 8 - Carruagem ou cadeirinha em que andam as Senhoras na cidade de Salvador, por Carlos Julião, séc. XVIII.
Fonte: Câmara dos Deputados.

Este cotidiano descrito por Kidder foi interrompido em 19 de fevereiro de 1822, quando militares brasileiros se rebelaram contra a decisão de Lisboa de indicar como comandante das tropas da Bahia o general português **Ignácio Luís Madeira de Melo**, nome fiel à Coroa portuguesa e defensor de uso da força para conter os movimentos pela independência. Após tomarem o forte de São Pedro, localizado em Salvador, os rebeldes receberam uma mensagem enviada por Madeira de Melo, que exigia sua rendição.

A população não ficou alheia ao levante. Em apenas quatro dias, pelo menos duzentas pessoas morreram nos tumultos e quebra-quebras ocorridos nas ruas da capital. Uma das vítimas dessa turbulência foi **Joana Angélica de Jesus**, madre superiora do convento da Lapa e morta a golpes de baionetas ao tentar impedir que um grupo de soldados e marinheiros embriagados invadisse o local de isolamento das freiras.

Outra mulher que se engajou nas lutas pela independência foi a negra **Maria Felipa**, que juntamente com outras mulheres, seduziu e embriagou portugueses para depois surrá-los com cansaço (planta que prova urtiga e forte queimação) e incendiar suas embarcações na Ilha de Itaparica. Em Santo Amaro da Purificação, outra região da Bahia, algumas mulheres se fantasiaram de homens para assustar os soldados portugueses e poder levar comida para os maridos em seus esconderijos.

Em Salvador, diante dos bombardeios iniciados por Madeira de Melo, os rebeldes abandonaram o forte de São Pedro com cordas e lençóis e se refugiaram na região do Recôncavo Baiano, onde passou a ser organizada a resistência à dominação portuguesa. Estes, por sua vez, permaneceram isolados na capital.

Em 14 de junho de 1822, os vereadores da vila de Santo Amaro da Purificação elaboraram um documento em que prestavam apoio à figura de D. Pedro I, além de também defenderem a criação de uma junta de governo eleita pelo povo, a tolerância religiosa, a criação de uma universidade a atração de investidores para fomentar a indústria nacional. No dia 25 de junho, foi a vez da câmara de Cachoeira declarar apoio à autoridade do príncipe regente, amplamente comemorada em um local que corresponde a atual Praça da Aclamação. Contudo, os festejos foram interrompidos por tiros disparados por uma canhoneira localizada nas proximidades da cidade, que mataram um soldado que tocava tambor no meio da multidão.



Figura 9 - Joana Angélica de Jesus, considerada mártir da Independência.
Fonte: Senado Federal.



Figura 10 - O Primeiro Passo para a Independência da Bahia, por Antônio Parreiras. Fonte: Bahia com História.

Após três dias de ataques, os brasileiros conseguiram render os portugueses. Os mortos nos conflitos foram homenageados em uma missão no Rio de Janeiro, que contou com a participação do próprio D. Pedro e a princesa Leopoldina. Ele tentou convencer Madeira de Melo a aderir a causa da independência, mas este se manteve irredutível; à espera de reforços enviados por Portugal.

Diante das precárias condições dos combatentes brasileiros, foram organizadas entidades para arrecadar fundos, voluntários e soldados. Dentre os batalhões organizados no período, o mais famoso deles foi o **Voluntários do Príncipe**, composto principalmente por homens pobres e escravizados. Os combatentes foram colocados sob o comando do general francês Pierre Labatut, posteriormente substituído pelo coronel José Joaquim de Lima e Silva, tio de Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias e patrono do Exército brasileiro.

Cercados por núcleos de resistência espalhados pelo Recôncavo, os portugueses mantiveram-se ilhados em Salvador e abastecidos com armas e alimentos somente pelo litoral, as primeiras fornecidas somente por Lisboa, situada a quase 10.000 quilômetros dali. Diante disso, as forças portuguesas tentaram romper o cerco brasileiro. Vejamos cada uma delas:

- Em 08 de novembro de 1822, na localidade de Pirajá, onde ocorreu uma batalha envolvendo mais de 10.000 homens, posteriormente conhecida como **Batalha do Pirajá**. Entre os combatentes, podemos destacar a figura de **Maria Quitéria de Jesus**, que ficou conhecida após se disfarçar de homem e se identificar como "Soldado Medeiros" para poder lutar nas fileiras favoráveis à independência. Após ser descoberta, a "heroína da independência" foi agraciada pelo imperador com a Ordem do Cruzeiro.
- Em 07 de janeiro de 1823, o almirante português Félix Pereira de Campos, chefe da armada portuguesa, comandou um ataque contra o povoado de Itaparica, com o intuito de furar o bloqueio brasileiro no Recôncavo. Contudo, foram derrotados após três dias de combate.

No dia 02 de julho de 1823, os portugueses abandonaram Salvador. Os combatentes brasileiros foram recebidos em festa pelos habitantes da cidade, sendo sua vitória comemorada até os dias atuais.

O reconhecimento da Independência (1823)

No final de 1822, as províncias de Minas Gerais, Pernambuco e da porção sul do Brasil aderiram ao processo de independência do Brasil. Devido à dificuldade nas comunicações, Goiás e Mato Grosso só se manifestaram em janeiro de 1823, seguidas por Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe.

Já as chamadas províncias do norte – Pará, Maranhão Piauí e Ceará –, juntamente com parte da Bahia e a Cisplatina, permaneceram fiéis às Cortes portuguesas. Diferentemente do que pensa a maioria dos brasileiros atualmente, a Independência não foi um processo pacífico, uma vez que a adesão dessas regiões foi obtida por meio de guerras sangrentas travadas contra os portugueses.



Figura 11 - Retrato póstumo de Maria Quitéria de Jesus, por Domenico Failutti, 1920. Fonte: EBC



Um dos mais famosos episódios da Guerra de Independência foi a chamada **Batalha do Jenipapo**, em que 1100 soldados de Portugal enfrentaram brasileiros que possuíam apenas facões, machados e porretes. Os brasileiros foram derrotados, mas frustraram os planos dos lusos de manterem uma colônia ao norte do país.

Além da dificuldade interna no reconhecimento da Independência, também era preciso obtê-lo de outros países. Os Estados Unidos foram os primeiros a fazê-lo, enquanto Portugal só fez o mesmo mediante pagamento de uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas pelo Brasil, formalizado em um acordo mediado pela Inglaterra. Para pagá-la o governo recorreu a um empréstimo com a própria Inglaterra, em 1825.

7. O PRIMEIRO REINADO (1822-1831)

A presença de D. Pedro I no processo de Independência garantiu a estabilidade política e a unidade territorial, duas preocupações que guiaram a ação das elites políticas no Brasil. Por outro lado, o medo da recolonização era constante, assim como a desconfiança quanto as reais inclinações políticas do monarca.

A organização do novo Estado ficou a cargo da Assembleia Constituinte, oficialmente instalada em 3 de maio de 1823. Todos os deputados eleitos eram favoráveis ao direito à cidadania plena apenas para os proprietários, assim como a maioria também não chegou a contestar a **manutenção da escravidão** no novo país.

Uma questão mais controversa era sobre o lugar da **soberania** no novo país. Para o grupo de José Bonifácio, chamado por alguns historiadores de conservadores, a soberania deveria ser partilhada entre os cidadãos-proprietários e o Imperador. Já para o deputado Gonçalves Ledo e outros brasileiros, ela deveria ficar restrita ao Parlamento. Por fim, um terceiro grupo, encabeçado por portugueses, acreditava que a soberania deveria ficar concentrada nas mãos do Imperador, além de não descartarem a reunificação entre Brasil e Portugal.

Outra grande polêmica era a posição do poder central diante das províncias. Naquele momento, o Imperador passou a nomear os presidentes de província, algo que foi encarado como ação despótica por políticos de algumas partes do Nordeste, de São Paulo e de Minas Gerais.

A aproximação de D. Pedro I de cortesãos e políticos naturais da antiga metrópole (Partido Português) provocou isolamento do grupo de Bonifácio, afastado do ministério em julho de 1823. No entanto, o político e seus irmãos continuaram a condenar a aproximação do monarca e portugueses na Assembleia e no jornal *Sentinela da Liberdade*. Crescia o **antilusitanismo**² entre brasileiros, que acusavam adversários de traidores da nova Nação.



Figura 12 - José Bonifácio, S. A. Sisson, 1861.
Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

² Aversão aos portugueses.



Na noite do dia 11 para 12 de novembro de 1823, a Assembleia permaneceu em sessão permanente após portugueses espancarem um farmacêutico brasileiro, episódio que ficou conhecido como **Noite da Agonia**. Foi o suficiente para D. Pedro se enfurecer, mandar cercar o prédio onde se encontravam os deputados e dissolver o órgão responsável por elaborar a Carta constitucional. Na mesma ocasião foram presos os irmãos Andrada, que partem para o exílio.

7.1. A Constituição de 1824

Com o apoio de adversários do grupo de Bonifácio, D. Pedro I outorgou a primeira Constituição em 25 de março de 1824. Embora não divergisse de muitos elementos existentes no projeto constitucional discutido entre parlamentares anteriormente, ela trazia uma grande diferença: além dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, era introduzido um quarto poder, o **Moderador**, de competência exclusiva do imperador. Por meio dele, o monarca interferia nos demais poderes, nomeando e demitindo ministros e presidentes de província, dissolvendo a Câmara dos Deputados, escolhendo juízes e senadores e se comprometendo com certas atribuições de Justiça.

A forma de governo se definia como uma **monarquia hereditária e constitucional**, com a **administração centralizada no Rio de Janeiro**. Já o sistema eleitoral funcionava com dois graus: para participar das eleições de paróquias e províncias, o eleitor deveria dispor de renda anual de 100 e 200 mil réis, respectivamente. Para ser eleito deputado, era preciso comprovar renda anual de 400 mil réis, e para senador, de 800 mil réis. Prevalecendo o **voto censitário**, eram excluídos de participação os homens menores de 25 anos e os com renda mínima anual inferior a 100 mil réis, mulheres, indígenas e escravos.

Apesar da manutenção do catolicismo como religião oficial do Brasil, a liberdade de culto foi assegurada pelo novo Estado, o que mostra a **influência do liberalismo** em sua elaboração. As elites políticas também tiveram assegurados os direitos à liberdade de imprensa e opinião, o direito a defesa e o direito à propriedade. A escravidão, por outro lado, não foi sequer debatida pela Constituição de 1824.

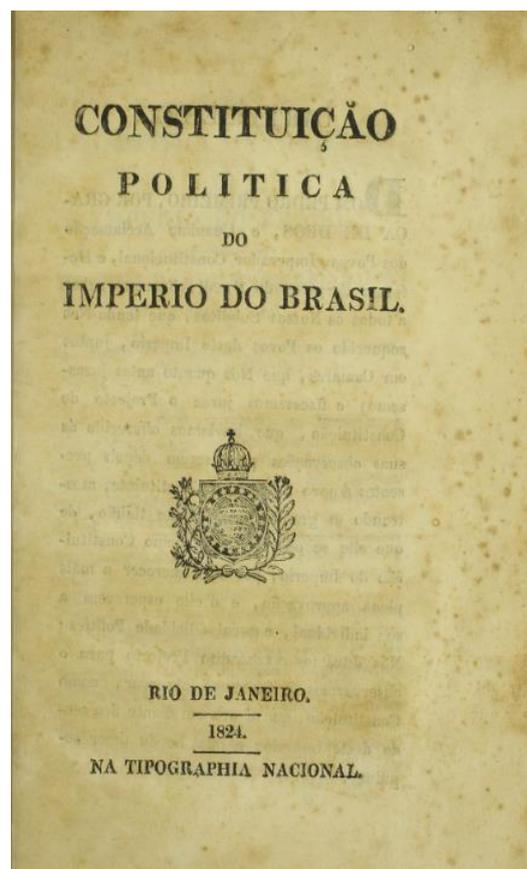


Figura 13 - A Constituição de 1824.
Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

7.2. Contestações e crise do Primeiro Reinado

O autoritarismo de D. Pedro I, manifestado com a imposição da Constituição de 1824, provocou reações em Pernambuco, onde eclodiu uma revolta denominada **Confederação do Equador** (1824). Um de seus principais líderes, o frei carmelita Joaquim do Amor Divino Rebelo, o Frei Caneca, dizia que o poder moderador era “a chave-mestra da opressão da Nação Brasileira”.



Os rebeldes buscavam a implantação de uma **República federalista**, ou seja, com maior autonomia para as províncias. Também defendiam o fim do tráfico de escravos, o que estimulou a participação de homens livres e pobres. As províncias da Paraíba, Ceará e Rio Grande Norte.

Temendo a fragmentação do território, o governo central combateu violentamente a Confederação do Equador, condenando Frei Caneca à morte por enforcamento, e quando ninguém se dispôs a aplicá-la, por fuzilamento. A brutalidade empregada na contenção do movimento contribuiu para o desgaste da figura de D. Pedro I, tido como liderança autoritária.

Outro conflito que eclodiu no interior do país foi a **Guerra da Cisplatina**. Situada no extremo-sul do território, a província havia sido anexada ao Brasil por D. João VI, em 1816, devido a sua importância geoestratégica na bacia do Rio da Prata, afinal ela se situa na região de foz.

Em 1825, a província deu início a um conflito pela sua independência, apoiada recebendo apoio da Argentina devido à sua pretensão de anexá-la. O conflito se estendeu até 1828, sendo um dos fatores que contribuiu para a crise política devido aos altos recursos gastos empregados para manter uma localidade que não possuía nenhuma identidade cultural com as demais do Brasil. Uma vez independente, a Cisplatina passou a se chamar **República Oriental do Uruguai**.

Enquanto o Brasil amargava derrotas contra a Cisplatina, as animosidades entre portugueses (“pés-de-chumbo”) e brasileiros (“pés-de-cabra) se tornavam cada vez mais acentuadas na Corte. Em março de 1831, os dois grupos se atacaram nas ruas do Rio de Janeiro, em um episódio que ficou conhecido como **Noite das Garrafadas**.

Em 7 de abril de 1831, o Exército e parcelas das elites da terra forçaram D. Pedro I a abdicar do trono em favor e seu filho, Pedro de Alcântara. O episódio ficou conhecido como a **Revolução do Sete de Abril**, e para muitos de seus contemporâneos, representou a ruptura definitiva com Portugal.



Figura 12 - D. Pedro I, por Jean Baptiste Debret, 1839.

Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

8. EXERCÍCIOS



8.1. IBFC

1. (2019/IBFC - Soldado - PM/BA)

A descoberta do ouro em Minas Gerais pelos bandeirantes paulistas, em finais do século XVII, atraiu para a região milhares de colonos de outras províncias, além de um grande número de europeus. Julgando-se com direito exclusivo de exploração das minas, os paulistas hostilizaram os forasteiros, que apelidaram de emboabas (em tupi, amô-abá significa “estrangeiro”) (GIANPAOLO, 1997).

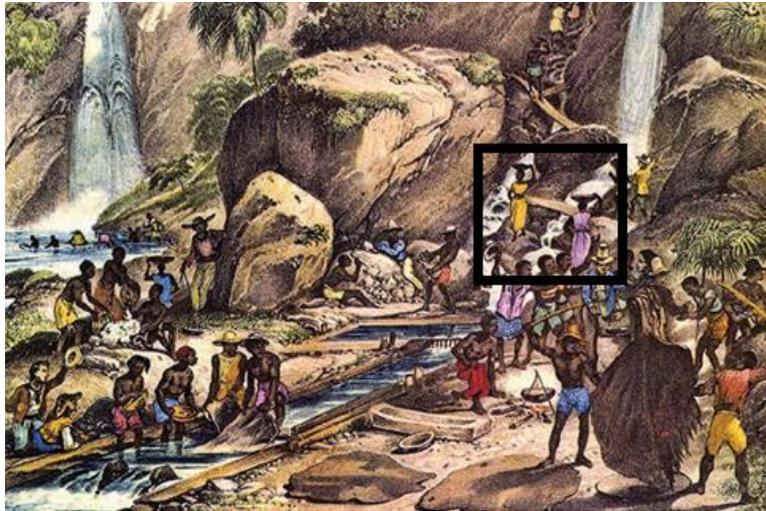
A respeito da Guerra dos Emboabas, assinale a alternativa correta.

- a) Os emboabas enfrentaram os paulistas em vários combates, entre eles, o mais marcante ocorreu no chamado Capão da traição, no qual 300 paulistas foram cercados pelos emboabas
- b) O confronto teve como motivo principal a disputa pela exploração do café produzido em grande escala na região de Minas Gerais
- c) Os paulistas desejavam ter exclusividade nas terras de Minas, pois diziam que tinham descoberto essa região e pretendiam explorá-la para a plantação de açúcar
- d) Em 1750 o governo português interveio e, a fim de pacificar e melhor administrar a região, juntou a capitania de São Paulo e Minas Gerais com a capitania do Rio de Janeiro
- e) Após vários conflitos os bandeirantes paulistas partiram em busca de novas explorações na região do Nordeste sob a liderança de Manuel Nunes Viana



2. (2019/IBFC - Soldado - PM/BA)

O quadro em destaque na imagem abaixo representa uma cena do que conhecemos historicamente como “As Negras do Tabuleiro”.



(Fonte: Lavagem do Minério de Ouro, perto do morro do Itacolomi, RUGENDAS, J. M., 1835)

A respeito deste período, leia as afirmativas abaixo.

I. A mineração era um trabalho pesado, feito principalmente por homens.

II. As negras retratadas por Rugendas na figura acima eram, provavelmente, vendedoras ambulantes, que ofereciam comida e bebida aos que trabalhavam na extração do ouro.

III. Geralmente essas mulheres eram livres, mas trabalhavam por conta dos mineradores, vigiando os trabalhadores do ouro.

IV. Elas transitavam pelas vilas, roças e arraiais, vendendo suas mercadorias para pessoas de todas as condições sociais.

Assinale a alternativa correta.

- a) As afirmativas I, II, III e IV estão corretas
- b) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas
- c) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas
- d) Todas as alternativas estão incorretas
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

3. (2019/IBFC - Soldado - PM/BA)

Assim, na manhã quente de 8 de novembro de 1799, segundo o frei, as tropas de linha ocuparam desde cedo a Praça da Liberdade, amplo quadrilátero localizado no centro de Salvador. O povo curioso não parava de chegar [...]. Logo após, os condenados a degredo caminhavam de mãos atadas às costas, precedidos do porteiro do Conselho, com as insígnias do seu cargo, seguido dos quatro réus condenados à pena capital pelo crime de lesa-majestade de primeira cabeça, acompanhados de dois frades franciscanos, além de todos os escrivães, meirinhos e o porteiro do Tribunal da Relação da Bahia. Seguiam-nos empunhando a bandeira de Portugal o Senado da Câmara, os vereadores, os alcaides-mores e mirins, e o procurador do Conselho. Mais atrás, a irmandade da Misericórdia e o carrasco, ostentando as insígnias de seu ofício (VALIM, 2009). A respeito da Conjuração Baiana, assinale a alternativa incorreta.

- a) Condenados por conspirarem contra a Coroa de Portugal, dois alfaiates e dois soldados foram considerados os réus do movimento qualificado pelas autoridades do Tribunal da Relação da Bahia, em 1799, de “Sedição dos Mulatos”.
- b) Parte dos historiadores que versaram sobre a Conjuração Baiana de 1798 perceberam o grau de coerência entre a tentativa de participação política dos setores populares e a ideia de República.
- c) Conjuração Baiana foi uma revolta social de caráter burguês, que ocorreu na Bahia em 1798. Recebeu uma importante influência dos ideais do Renascimento Cultural e Revolução Industrial.
- d) A Conjuração Baiana de 1797 deixa de ser um evento de identificação regional, para tornar-se o representante das mais profundas aspirações de amplos setores da sociedade brasileira.
- e) Esse movimento defendia a emancipação política do Brasil, ou seja, o fim do pacto colonial com Portugal e a implantação da República.

4. IBFC - Professor de Educação Básica (SEDUC MT)/História/2017

O ano de 1808 trouxe ao Brasil, principalmente ao Rio de Janeiro, várias mudanças como as criações da Biblioteca Pública da Imprensa Régia e, posteriormente, da Academia Real Militar e da Faculdade de Medicina, entre outras. Assinale a alternativa correta a respeito das motivações para estas mudanças:

- a) Melhor servir a população que habitava a colônia e exigia melhores recursos na área da saúde e educação
- b) Frente as crises que a monarquia enfrentava na Europa, a coroa portuguesa procurou melhor atender a colônia, numa tentativa de evitar revoltas contra o rei e manter os acordos econômicos existentes
- c) Sendo 1808 a chegada da corte portuguesa em terras brasileiras várias mudanças são aplicadas a cidade do Rio de Janeiro, para melhor atender a esse novo grupo que se instalara na cidade
- d) Para evitar a ocupação Holandesa que se instalara no nordeste da colônia, o rei D. João VI, promove várias mudanças a fim de fortalecer os laços sociais e as fronteiras brasileiras



e) Como não haveria a possibilidade de Portugal ser regido por dois monarcas, D. João VI optou por promover essas mudanças na colônia para melhor atender um de seus filhos, no caso D. Miguel de Bragança, futuro rei do Brasil

5. IBFC - Professor de Educação Básica (SEDUC MT)/História/2017 (Adaptada)

A formação do atual Brasil é consequência de um intenso processo histórico. Um dos momentos de destaque nesse processo é a Independência do Brasil frente ao Reino de Portugal. Sobre esse momento, analise as afirmativas abaixo:

I. A independência foi um processo que se estendeu de 1821 a 1825.

II. A Independência do Brasil não foi pacífica como comumente se declara, havendo a necessidade de formação de um exército composto por mercenários para o controle de parte da sociedade contrária a Independência e pró Portugal.

III. Durante a primeira fase do Império brasileiro, governado por D. Pedro I, é instituído a aristocracia de Sangue, que estratificou ainda mais a sociedade brasileira e dificultou a realização da abolição da escravatura no Brasil.

IV. Para conseguir a Independência o Império brasileiro se viu forçado a contrair dívida com a Inglaterra para pagar a indenização que o Império se comprometeu a pagar a Portugal.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas
- b) II e IV apenas
- c) II e III apenas
- d) III e IV apenas
- e) I, II e IV apenas

6. IBFC - Oficial Policial Militar (PM RJ)/Aluno-Oficial PM/2012

(...) Não restava, pois, mais que uma de duas resoluções a tomar: ou proclamar de todo a independência, para ser herói, ou submeter-se (...) a cumprir e fazer cumprir os novos decretos das Côrtes (...) Não era mais possível temporizar.

E, inspirado pelo gênio da Glória (...) não tardou nem mais um instante: e passou a lançar, dessa mesma província (...) o brado resolutivo de "independência ou morte".

Com esta resolução, acabava de salvar o Brasil, propondo-se a formar todo ele unido uma só nação americana.

VARNHAGEN, História da Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

A Independência do Brasil, a partir da visão do historiador oficial do Império Francisco Adolfo Varnhagen, apresenta uma imagem gloriosa da atuação de D. Pedro I, no entanto os problemas com vários setores do



novo País aconteceram durante a elaboração da Carta Magna. Sobre a atuação de D. Pedro I na construção da Constituição de 1824 é correto afirmar que:

- a) O sistema eleitoral adotado estabelecia o voto censitário.
- b) O poder moderador tornava o governo mais democrático.
- c) D. Pedro I não interferiu na sua construção.
- d) A maioria da população passou a votar.

8.2. Outras bancas

1. VUNESP - Aluno-Oficial (PM SP)/2011

O principal motivo da criação da capitania de Mato Grosso, em 1748, foi impedir que os espanhóis tomassem a região e chegassem a Goiás e Minas Gerais. Era a época em que Portugal e Espanha discutiam as cláusulas do Tratado de Madri, finalmente assinado em 1750, que fixou os contornos aproximados da atual fronteira brasileira, substituindo o Tratado de Tordesilhas (1494).

(Masília Aparecida da Silva Gomes. Comer, beber, governar. In Revista de História da Biblioteca Nacional, setembro de 2010, n.º 60.)

A expansão territorial da América portuguesa teve relação com

- a) as colônias de povoamento do sul e a cafeicultura.
- b) a produção de algodão e as oficinas de artesanato.
- c) as missões jesuíticas e a mineração.
- d) a produção de tabaco em São Paulo e os desterrados portugueses.
- e) as manufaturas e as feitorias do nordeste.

2. VUNESP - Soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo/2ª Classe/2007

Considere o mapa.

Os limites do Estado Brasileiro foram definidos, em grande parte, no período da dominação portuguesa, como é possível observar no mapa. Com base no princípio de que “quem possui de fato, deve possuir de direito”, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, que garantiu a Portugal o direito sobre terras que até então estavam sob o domínio espanhol.

As ações dos portugueses, que os levaram a possuir de fato essas terras, foram, entre outras,

- a) a expansão cafeeira e a formação dos quilombos na região do Nordeste da colônia.
- b) a ação dos jesuítas nas guerras guaraníticas e a extração desenfreada do pau-brasil.



(Divalte Garcia Figueira, *História*)



- c) a formação das capitânicas hereditárias e a exploração do tabaco e do algodão.
- d) o plantio e a fabricação da cana-de-açúcar e a expansão da atividade pecuária.
- e) a exploração das riquezas minerais e a captura dos índios pelos bandeirantes.

3. FCC - Aprendiz (SABESP)/Assistente Administrativo/2019

Os “princípios revolucionários” da Revolução Francesa mencionados no texto influenciaram diretamente os defensores da luta contra o domínio português. O movimento ocorrido no século XVIII, composto por distintos setores sociais, incluindo homens livres e libertos, que se enquadrou nesse perfil foi a

- a) Cabanagem.
- b) Conjuração Baiana.
- c) Revolta dos Malês.
- d) Balaiada.
- e) Revolução Praieira.

4. CONSULTEC - Oficial (PM BA)/2014

Dez escravos foram presos e incluídos na devassa realizada pelo desembargador do Tribunal da Relação da Bahia, Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto [...]. Mas a questão não é a quantidade; a questão é que eram escravos.

Escravos na maioria pardos e nascidos na Bahia (o único escravo africano preso é o mina Vicente). Pelo que se acompanha nos autos da devassa que os colheu, todos eles souberam de conversas e encontros conspirativos de homens livres, alguns brancos, outros pardos; alguns militares, oficiais de baixa e média patente, outros, artesãos. E ainda outros, intelectuais. (TAVARES, 2003, p. 86).

O movimento descrito no texto, cuja participação de escravos indica a luta pelo fim da escravidão se refere

- a) à Inconfidência Baiana.
- b) à Sabinada.
- c) ao Cangaço.
- d) ao movimento de Canudos.
- e) à Revolta Tenentista.

5. CONSULTEC - Oficial (PM BA)/2010

África Brasil (Zumbi)

Angola, Conço, Benguela

Monjolo, Capinda, Nina

Quiloa, Rebolo



Aqui onde estão os homens
Há um grande leilão
Dizem que nele há uma princesa à venda
Que veio junto com seus súditos
Acorrentados em carros de boi

Eu quero ver quando Zumbi chegar
Eu quero ver o que vai acontecer

Zumbi é senhor das guerras
Zumbi é senhor das demandas
Quando Zumbi chega, é Zumbi quem manda

Pois aqui onde estão os homens
Dum lado, cana-de-açúcar
Do outro lado, um imenso cafezal
Ao centro, senhores sentados
Vendo a colheita do algodão branco
Sendo colhidos por mãos negras

(BEN JOR.2010)

A História do Brasil foi marcada por diversos movimentos sociais populares que lutaram por melhores condições sociais e contra as injustiças e as desigualdades. Dentre esses movimentos, o que contou com uma grande participação da população afrodescendente e que teve como um dos objetivos a criação de uma sociedade sem a separação jurídica, a partir do critério étnico e de cor foi

- a) a Conjuração Baiana.
- b) a Inconfidência Mineira.
- c) o Cangaço.
- d) o Tenentismo.
- e) a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

6. VUNESP - Soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo/2ª Classe/2007

Refleta sobre os textos.

Quanto à ação revolucionária propriamente dita, os inconfidentes tinham arquitetado um plano militar que deveria ser acionado no dia da derrama.



Animai-vos povo baianense que está por chegar o tempo feliz da nossa liberdade: o tempo que seremos todos irmãos, tempo em que seremos todos iguais.

(Luiz Koshiba e Denize Manzi Frayze Pereira, História do Brasil)

Os dois textos referem-se, respectivamente, aos movimentos conhecidos por Inconfidência Mineira e Conjuração Baiana.

Com base nos textos e no conhecimento histórico, pode-se afirmar que esses dois movimentos

- I. defendiam os interesses econômicos da classe dominante das metrópoles europeias.
- II. tinham em comum a luta pela ruptura dos laços coloniais entre Brasil e Portugal.
- III. foram influenciados pelos ideais dos pensadores iluministas do continente europeu.

É correto o que se apresenta somente em

- a) I.
- b) II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) I e III.

7. CPCON UEPB - Soldado (PM PB)/Combatente/2005 (e mais 1 concurso)

A presença maciça de portugueses na colônia a partir de 1808 e a grande quantidade de regalias por eles conquistadas em detrimento do homem da terra, bem como a má utilização do dinheiro público e a criação de novos impostos foram alguns dos motivos de um movimento armado que teve a adesão da Paraíba e cujos rebeldes pretendiam formar uma república federativa. O texto refere-se:

- a) à Confederação do Equador.
- b) à Revolução Pernambucana de 1817.
- c) à Revolução Praieira.
- d) ao Ronco da Abelha.
- e) à Revolta de Quebra Quilos.

8. FADESP - Soldado (PM PA)/2007

Leia o texto abaixo:

“O acervo da Real Biblioteca, com cerca de 60 mil volumes, foi transferido para o Rio de Janeiro logo após a chegada da Família Real. O conjunto [...] deu origem à Biblioteca Nacional, hoje apontada pela UNESCO como a oitava maior biblioteca nacional do mundo.”

Revista de História - A Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 1, n. 1, jul. 2005, p. 26.

Com base na leitura do trecho acima e nos estudos históricos sobre a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, é correto afirmar que



- a) a Família Real portuguesa era uma das últimas monarquias constitucionais ilustradas da Europa, daí a importância da biblioteca real.
- b) o príncipe regente priorizava os livros porque tinha o projeto educacional de alfabetizar o povo brasileiro, principalmente os escravos e os mestiços, que eram responsáveis pela riqueza econômica do Brasil.
- c) o povo brasileiro recebe como herança do Estado português o investimento na educação de seus cidadãos, uma vez que todos os habitantes do reino português teriam acesso aos 'cerca de 60 mil volumes'.
- d) a vinda da Família Real portuguesa não implicou somente a transferência do Estado português, mas estimulou também uma dinamização cultural e impulsionou a reurbanização da nova sede do governo português.

9. NC-UFPR - Auxiliar de Perícia Oficial (PCie PR)/Auxiliar de Necrópsia/2007

Sobre o processo de ruptura do sistema colonial, é correto afirmar:

- a) Quando D. João VI retornou a Portugal, deixou o príncipe-regente para governar o Brasil com a missão de promover a emancipação e a independência da colônia.
- b) Com a Independência do Brasil, cessaram o domínio político português e a hegemonia comercial inglesa, principalmente a partir do fechamento dos Portos, que favoreceu os portugueses donos dos armazéns de secos & molhados.
- c) As Cortes de Lisboa desejavam recolonizar o Brasil e, para isso, exigiam o regresso do príncipe-regente e a substituição dos governos das províncias, o que contribuiu para a declaração de Independência.
- d) O nascimento do Brasil independente levou à imediata eleição dos seus governantes pelo povo e colocou fim à escravidão, favorecendo a instalação de fábricas e manufaturas.
- e) A declaração de Independência garantiu a ordem no Brasil e restabeleceu a autoridade imperial, o que acalmou os republicanos e pôs fim às sangrentas lutas nas províncias.

10. CONSULTEC - Oficial (PM BA)/2014

No ano cristão de 1501, no primeiro dia de novembro, a primeira igaraçu [canoa grande: navio português] cruzou a barra da baía para rebatizá-la Baía de Todos-os-Santos. Eram ao todo três os navios que compunham a expedição do português Gonçalo Coelho e do florentino Américo Vespúcio. Sua missão era fazer o reconhecimento das terras ocidentais do Atlântico Sul, das quais se tinha notícia através dos relatos da expedição do espanhol Hojeda e do português Cabral. Os navegadores descobriram as qualidades de Kirimurê [mar interior] e seus habitantes: bom porto, lugar de reabastecimento fácil, população hospitaleira. Aqui descansaram por 27 dias e, ao sair, ensinaram aos tupinambás a escravidão, comprando-lhes dez prisioneiros de guerra que venderam na Europa.

(BUENO, 1998, p. 47).

A Baía de Todos-os-Santos não se constitui apenas um acidente geográfico, mas se integra, juntamente com seus habitantes, ao processo de desenvolvimento histórico baiano, na medida em que



- a) a expedição de Gonçalo Coelho encontrou povos indígenas em estágio primitivo e culturalmente atrasado, cuja mão de obra se mostrou ineficaz ao sistema produtivo português, em função do desconhecimento desses povos de atividades agrícolas.
- b) o processo colonial se instalou, no Brasil, com o objetivo de catequisar os povos pagãos e convertê-los ao catolicismo, relegando os aspectos econômicos a segundo plano, o que explica a pouca importância que a Bahia e Portugal tiveram no cenário comercial mercantilista.
- c) o controle sobre a Baía de Todos-os-Santos foi fundamental para a expulsão dos holandeses da Bahia, que vieram para essa região para estabelecer um ponto de captura e revenda de africanos escravizados para a Europa e suas colônias.
- d) os colonos baianos, interessados no livre comércio entre o Brasil e demais nações livres, expulsaram, durante o processo de independência, o último foco de resistência portuguesa no Brasil, rompendo definitivamente os laços coloniais com Portugal.
- e) as insurreições malês, ocorridas no entorno da Baía de Todos-os-Santos, minaram a base de sustentação do sistema escravista, provocando a imediata substituição do trabalho compulsório pela mão de obra livre, o que levou um grande apoio popular ao governo imperial.

11. FCC - Soldado (PM BA)/2012

No processo da Independência do Brasil, a Bahia

- a) recusou a autonomia da Assembleia Legislativa local, concedida por Pedro I.
- b) gerou o movimento republicano da Confederação do Equador.
- c) acatou as determinações das Cortes de Lisboa que exigiam a volta de Pedro I.
- d) lutou contra as tropas portuguesas, expulsando-as em 2 de julho de 1823.
- e) combateu ao lado das tropas portuguesas que defendiam a recolonização do Brasil.

9. GABARITO

9.1. Questões da IBFC

GABARITO



1. A
2. B

3. C
4. C

5. B
6. A



9.2. Questões de outras bancas

- | | | |
|------|------|-------|
| 1. C | 5. A | 9. C |
| 2. E | 6. A | 10. D |
| 3. B | 7. B | 11. D |
| 4. A | 8. D | |

10. QUESTÕES COMENTADAS

10.1. IBFC

1. (2019/IBFC - Soldado - PM/BA)

A descoberta do ouro em Minas Gerais pelos bandeirantes paulistas, em finais do século XVII, atraiu para a região milhares de colonos de outras províncias, além de um grande número de europeus. Julgando-se com direito exclusivo de exploração das minas, os paulistas hostilizaram os forasteiros, que apelidaram de emboabas (em tupi, amô-abá significa “estrangeiro”) (GIANPAOLO, 1997).

A respeito da Guerra dos Emboabas, assinale a alternativa correta.

- a) Os emboabas enfrentaram os paulistas em vários combates, entre eles, o mais marcante ocorreu no chamado Capão da Traição, no qual 300 paulistas foram cercados pelos emboabas
- b) O confronto teve como motivo principal a disputa pela exploração do café produzido em grande escala na região de Minas Gerais.
- c) Os paulistas desejavam ter exclusividade nas terras de Minas, pois diziam que tinham descoberto essa região e pretendiam explorá-la para a plantação de açúcar.
- d) Em 1750 o governo português interveio e, a fim de pacificar e melhor administrar a região, juntou a capitania de São Paulo e Minas Gerais com a capitania do Rio de Janeiro.
- e) Após vários conflitos os bandeirantes paulistas partiram em busca de novas explorações na região do Nordeste sob a liderança de Manuel Nunes Viana.

Comentários

- A alternativa A está correta. No início do século XVIII, a maioria da população que se encontrava na região das Minas era composta por "emboabas", nome dado pelos paulistas, que acreditavam ter mais direitos às jazidas encontradas por terem chegado primeiro. Diante da inferioridade numérica dos paulistas, em 1707



os “forasteiros” tentaram expulsar seus adversários e tomarem o controle da zona aurífera. Em um dos primeiros episódios do conflito, mais de trezentos paulistas foram cercados, e se renderam após a promessa de que seriam poupados se não resistissem. Contudo, o capitão dos emboabas, Bento Coutinho, não cumpriu com a sua palavra, e todos foram exterminados. O massacre ficou conhecido como Capão da Traição.

- A alternativa B está incorreta, afinal a produção cafeeira no Brasil se iniciou a partir do início do século XIX, especialmente na região do Vale do Paraíba.

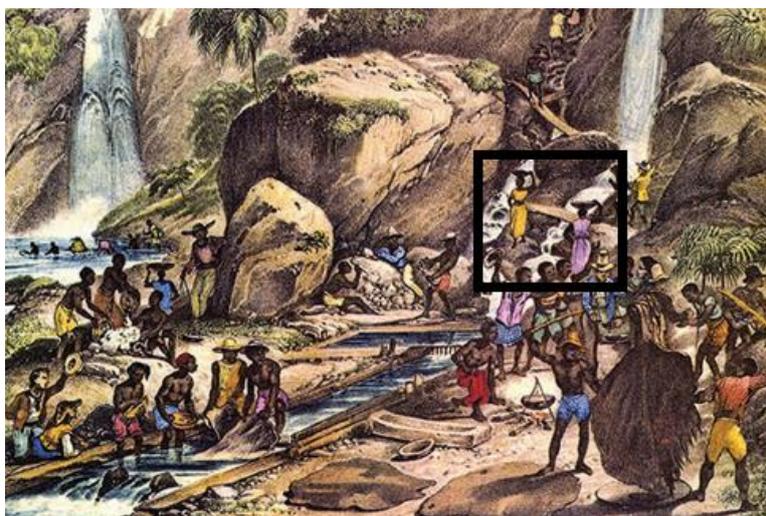
- A alternativa C está incorreta, uma vez que o direito de exclusividade requerido pelos paulistas foi decorrente do interesse de explorarem sozinhos as riquezas auríferas encontradas em Minas.

- A alternativa D está incorreta. Após serem expulsos pelos emboabas, muitos se dirigiram para regiões como Goiás e Mato Grosso, onde foram encontradas novas jazidas de ouro, enquanto outros passaram a se dedicar à agricultura, voltada para o abastecimento das áreas de exploração de metais preciosos.

Gabarito: A

2. (2019/IBFC - Soldado - PM/BA)

O quadro em destaque na imagem abaixo representa uma cena do que conhecemos historicamente como “As Negras do Tabuleiro”.



(Fonte: Lavagem do Minério de Ouro, perto do morro do Itacolomi, RUGENDAS, J. M., 1835)

A respeito deste período, leia as afirmativas abaixo.

I. A mineração era um trabalho pesado, feito principalmente por homens.

II. As negras retratadas por Rugendas na figura acima eram, provavelmente, vendedoras ambulantes, que ofereciam comida e bebida aos que trabalhavam na extração do ouro.

III. Geralmente essas mulheres eram livres, mas trabalhavam por conta dos mineradores, vigiando os trabalhadores do ouro.

IV. Elas transitavam pelas vilas, roças e arraiais, vendendo suas mercadorias para pessoas de todas as condições sociais.

Assinale a alternativa correta.

- a) As afirmativas I, II, III e IV estão corretas
- b) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas
- c) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas
- d) Todas as alternativas estão incorretas
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

Comentários

- A afirmativa I está correta, afinal a maioria dos cativos empregados na atividade mineradora era composta por homens, conforme é possível constatar no registro feito por Rugendas.

- A afirmativa II está correta. Na paisagem urbana da região mineradora era comum a figura da "negra de tabuleiro", escrava de ganho que tinha a permissão de comercializar mercadorias pelas ruas e também nas minas, especialmente alimentos.

- A afirmativa III está incorreta, afinal as negras de tabuleiro eram escravas de ganho que tinham autorização de seus senhores para exercer atividades comerciais, desde que repassem parte dos lucros obtidos.

- A afirmativa IV está correta, afinal as negras de tabuleiro circulavam em várias partes da região mineradora, incluindo nos locais de exploração de ouro, conforme é possível observar na imagem.

Estando corretas as afirmativas I, II e IV, a alternativa B é a resposta.

Gabarito: B

3. (2019/IBFC - Soldado - PM/BA)

Assim, na manhã quente de 8 de novembro de 1799, segundo o frei, as tropas de linha ocuparam desde cedo a Praça da Liberdade, amplo quadrilátero localizado no centro de Salvador. O povo curioso não parava de chegar [...]. Logo após, os condenados a degredo caminhavam de mãos atadas às costas, precedidos do porteiro do Conselho, com as insígnias do seu cargo, seguido dos quatro réus condenados à pena capital pelo crime de lesa-majestade de primeira cabeça, acompanhados de dois frades franciscanos, além de todos os escrivães, meirinhos e o porteiro do Tribunal da Relação da Bahia. Seguiam-nos empunhando a bandeira de



Portugal o Senado da Câmara, os vereadores, os alcaides-mores e mirins, e o procurador do Conselho. Mais atrás, a irmandade da Misericórdia e o carrasco, ostentando as insígnias de seu ofício (VALIM, 2009).

A respeito da Conjuração Baiana, assinale a alternativa incorreta.

a) Condenados por conspirarem contra a Coroa de Portugal, dois alfaiates e dois soldados foram considerados os réus do movimento qualificado pelas autoridades do Tribunal da Relação da Bahia, em 1799, de “Sedição dos Mulatos”.

b) Parte dos historiadores que versaram sobre a Conjuração Baiana de 1798 perceberam o grau de coerência entre a tentativa de participação política dos setores populares e a ideia de República.

c) Conjuração Baiana foi uma revolta social de caráter burguês, que ocorreu na Bahia em 1798. Recebeu uma importante influência dos ideais do Renascimento Cultural e Revolução Industrial.

d) A Conjuração Baiana de 1797 deixa de ser um evento de identificação regional, para tornar-se o representante das mais profundas aspirações de amplos setores da sociedade brasileira.

e) Esse movimento defendia a emancipação política do Brasil, ou seja, o fim do pacto colonial com Portugal e a implantação da República.

Comentários

- A alternativa A está correta. A Conjuração Baiana foi denominada pelas autoridades coloniais como uma sedição de mulatos, afinal suas principais lideranças eram homens negros e livres. O movimento também ficou conhecido como Revolta dos Alfaiates e Revolta dos Búzios.

- A alternativa B está correta, afinal os conjurados baianos buscavam a implantação de uma República pautada na ideia de democracia e sem discriminação racial, uma vez que muitos deles eram negros livres, mas marginalizados da sociedade baiana. A Conjuração Baiana foi o primeiro movimento da América Portuguesa a considerar os indivíduos das camadas pobres da população como sujeitos dotados de direitos políticos.

- A alternativa C está incorreta, pois a Conjuração Baiana foi um movimento protagonizado por homens negros e pobres, tais como Lucas Dantas, João de Deus, Manuel Faustino e Luís Gonzaga das Virgens. Além disso, suas ideias políticas foram inspiradas na Revolução Francesa, especialmente em sua fase jacobina, e na Revolução do Haiti.

- A alternativa D está correta. Na contemporaneidade, a Conjuração Baiana é tomada como um episódio para discutir questões de gênero e raça, pois trata-se de um episódio de luta contra o preconceito racial e pela ideia de república democrática.

- A alternativa E está correta, pois os conjurados baianos almejavam a implantação de uma república democrática no Brasil, inspirada nos ideais da Revolução Francesa.

Gabarito: C

4. IBFC - Professor de Educação Básica (SEDUC MT)/História/2017



O ano de 1808 trouxe ao Brasil, principalmente ao Rio de Janeiro, várias mudanças como as criações da Biblioteca Pública da Imprensa Régia e, posteriormente, da Academia Real Militar e da Faculdade de Medicina, entre outras. Assinale a alternativa correta a respeito das motivações para estas mudanças:

- a) Melhor servir a população que habitava a colônia e exigia melhores recursos na área da saúde e educação
- b) Frente as crises que a monarquia enfrentava na Europa, a coroa portuguesa procurou melhor atender a colônia, numa tentativa de evitar revoltas contra o rei e manter os acordos econômicos existentes
- c) Sendo 1808 a chegada da corte portuguesa em terras brasileiras várias mudanças são aplicadas a cidade do Rio de Janeiro, para melhor atender a esse novo grupo que se instalara na cidade
- d) Para evitar a ocupação Holandesa que se instalara no nordeste da colônia, o rei D. João VI, promove várias mudanças a fim de fortalecer os laços sociais e as fronteiras brasileiras
- e) Como não haveria a possibilidade de Portugal ser regido por dois monarcas, D. João VI optou por promover essas mudanças na colônia para melhor atender um de seus filhos, no caso D. Miguel de Bragança, futuro rei do Brasil

Comentários

- A alternativas A e B estão incorretas, afinal não há entre os governos do período a preocupação em se planejar políticas públicas para o bem-estar dos súditos.
- A alternativa C é a resposta. Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, uma série de mudanças foram implementadas para adaptar o centro urbano aos padrões cultivados pelos seus novos habitantes na Europa, entre elas, a construção da Academia Real Militar e da Faculdade de Medicina, voltadas à formação das elites do Império.
- A alternativa D está incorreta, pois as invasões holandesas se deram ao longo do século XVII, muito antes da transferência da Corte para o Brasil.
- A alternativa E está incorreta, pois o futuro rei do Brasil era D. Pedro, também herdeiro do trono de Portugal e das demais porções do Império luso.

2. IBFC - Professor de Educação Básica (SEDUC MT)/História/2017 (Adaptada)

A formação do atual Brasil é consequência de um intenso processo histórico. Um dos momentos de destaque nesse processo é a Independência do Brasil frente ao Reino de Portugal. Sobre esse momento, analise as afirmativas abaixo:

- I. A independência foi um processo que se estendeu de 1821 a 1825.
- II. A Independência do Brasil não foi pacífica como comumente se declara, havendo a necessidade de formação de um exército composto por mercenários para o controle de parte da sociedade contrária a Independência e pró Portugal.
- III. Durante a primeira fase do Império brasileiro, governado por D. Pedro I, é instituído a aristocracia de Sangue, que estratificou ainda mais a sociedade brasileira e dificultou a realização da abolição da escravatura no Brasil.
- IV. Para conseguir a Independência o Império brasileiro se viu forçado a contrair dívida com a Inglaterra para pagar a indenização que o Império se comprometeu a pagar a Portugal.



Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas
- b) II e IV apenas**
- c) II e III apenas
- d) III e IV apenas
- e) I, II e IV apenas

Comentários

- A afirmativa I está incorreta. Embora o reconhecimento da independência tenha ocorrido em 1825, o processo de independência se deu principalmente entre 1821 e 1822.

- A afirmativa II está correta, pois o processo de independência do Brasil contou com embates entre portugueses e brasileiros em diversos pontos das regiões Norte e Nordeste, sendo exemplos disso a Batalha do Jenipapo, no atual Piauí, e a Batalha do Pirajá, na Bahia.

- A afirmativa III está incorreta, pois a nobreza luso-brasileira formada a partir de 1822 não esteve associada à critérios de sangue, mas a serviços prestados à Corte.

- A afirmativa IV está correta. Para que sua ex-metrópole reconhecesse o processo de independência, o Brasil se comprometeu a indenizá-la com 2 milhões de libras esterlinas, dinheiro obtido por meio de empréstimos concedidos pela Inglaterra.

Estando corretas as afirmativas II e III, a alternativa B é a correta.

3. IBFC - Oficial Policial Militar (PM RJ)/Aluno-Oficial PM/2012

(...) Não restava, pois, mais que uma de duas resoluções a tomar: ou proclamar de todo a independência, para ser herói, ou submeter-se (...) a cumprir e fazer cumprir os novos decretos das Côrtes (...) Não era mais possível temporizar.

E, inspirado pelo gênio da Glória (...) não tardou nem mais um instante: e passou a lançar, dessa mesma província (...) o brado resolutivo de "independência ou morte".

Com esta resolução, acabava de salvar o Brasil, propondo-se a formar todo ele unido uma só nação americana.

VARNHAGEN, História da Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

A Independência do Brasil, a partir da visão do historiador oficial do Império Francisco Adolfo Varnhagen, apresenta uma imagem gloriosa da atuação de D. Pedro I, no entanto os problemas com vários setores do novo País aconteceram durante a elaboração da Carta Magna. Sobre a atuação de D. Pedro I na construção da Constituição de 1824 é correto afirmar que:

- a) O sistema eleitoral adotado estabelecia o voto censitário.**
- b) O poder moderador tornava o governo mais democrático.
- c) D. Pedro I não interferiu na sua construção.



d) A maioria da população passou a votar.

Comentários

- A alternativa A é a resposta. A Constituição de 1824 estabeleceu que os candidatos a deputado deveriam comprovar renda anual de 400 mil réis, e para senador, de 800 mil réis. Já os votantes deveriam ser homens maiores de 25 anos, com renda mínima anual de pelo menos 100 mil réis. Eram excluídos dos processos decisórios as mulheres, indígenas e escravos.

- A alternativa B está incorreta, pois o poder moderador tinha a prerrogativa de interferir nos demais poderes, garantindo a implementação de um sistema antidemocrático.

- A alternativa C está incorreta, pois D. Pedro I foi o responsável pela outorga da Constituição de 1824, após o fechamento da Constituinte criada no ano anterior.

- A alternativa D está incorreta, pois a Constituição de 1824 manteve as decisões políticas a cargo de uma pequena elite de cidadãos-proprietários.

8.2. Outras bancas

1. VUNESP - Aluno-Oficial (PM SP)/2011

O principal motivo da criação da capitania de Mato Grosso, em 1748, foi impedir que os espanhóis tomassem a região e chegassem a Goiás e Minas Gerais. Era a época em que Portugal e Espanha discutiam as cláusulas do Tratado de Madri, finalmente assinado em 1750, que fixou os contornos aproximados da atual fronteira brasileira, substituindo o Tratado de Tordesilhas (1494).

(Masília Aparecida da Silva Gomes. Comer, beber, governar. In Revista de História da Biblioteca Nacional, setembro de 2010, n.º 60.)

A expansão territorial da América portuguesa teve relação com

a) as colônias de povoamento do sul e a cafeicultura.

b) a produção de algodão e as oficinas de artesanato.

c) as missões jesuíticas e a mineração.

d) a produção de tabaco em São Paulo e os desterrados portugueses.

e) as manufaturas e as feitorias do nordeste.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal o cultivo do café não havia se desenvolvido no período. O produto só se torna eixo econômico do Brasil a partir do século XIX.

- A alternativa B está incorreta, pois as atividades artesanais da Colônia não exigiam o deslocamento de contingentes populacionais, ao passo em que a produção do algodão foi mantida nas proximidades dos centros econômicos situados na costa da colônia no Atlântico.

- A alternativa C é a resposta. As missões jesuíticas ergueram aldeias em pontos isolados do território ao norte e ao sul, ao passo que a mineração possibilitou a fundação de novas vilas no interior do continente, voltadas para a exploração de metais e pedras preciosas.

- A alternativa D está incorreta, pois o cultivo de tabaco se manteve nas proximidades da costa.



- A alternativa E está incorreta, pois a administração colonial restringia o desenvolvimento de manufaturas na Colônia, ao passo que as feitorias se eram encontradas apenas no período pré-colonial, no litoral da América Portuguesa.

2. VUNESP - Soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo/2ª Classe/2007

Considere o mapa.



(Divalte Garcia Figueira, *História*)

Os limites do Estado Brasileiro foram definidos, em grande parte, no período da dominação portuguesa, como é possível observar no mapa. Com base no princípio de que “quem possui de fato, deve possuir de direito”, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, que garantiu a Portugal o direito sobre terras que até então estavam sob o domínio espanhol.

As ações dos portugueses, que os levaram a possuir de fato essas terras, foram, entre outras,

- a) a expansão cafeeira e a formação dos quilombos na região do Nordeste da colônia.
- b) a ação dos jesuítas nas guerras guaraníticas e a extração desenfreada do pau-brasil.
- c) a formação das capitanias hereditárias e a exploração do tabaco e do algodão.
- d) o plantio e a fabricação da cana-de-açúcar e a expansão da atividade pecuária.
- e) a exploração das riquezas minerais e a captura dos índios pelos bandeirantes.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal o cultivo do café não havia se desenvolvido no período. O produto só se torna eixo econômico do Brasil a partir do século XIX. Além disso, as comunidades quilombolas não foram consideradas pelos acordos que delimitaram os limites entre as Américas Portuguesa e Espanhola.

- A alternativa B está incorreta, pois a exploração do pau-brasil se deu principalmente na Mata Atlântica, bioma que acompanha a costa do litoral brasileiro.



- A alternativa C está incorreta, pois as capitanias hereditárias foram delimitadas em conformidade com os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, bem como o cultivo do tabaco e do algodão.
- A alternativa D está incorreta, afinal a empresa açucareira se concentrou nas proximidades do litoral da América Portuguesa.
- A alternativa E é a resposta. A busca e exploração de metais e pedras preciosas no interior do continente possibilitou a fundação de novas vilas, bem como o surgimento de novos centros de produção de alimentos, voltados para abastecimento das regiões das minas. A reorganização dos limites da América Portuguesa também foi estimulada pela captura de indígenas pelos bandeirantes, cujas expedições adentravam cada vez mais no interior do continente.

3. FCC - Aprendiz (SABESP)/Assistente Administrativo/2019

Os “princípios revolucionários” da Revolução Francesa mencionados no texto influenciaram diretamente os defensores da luta contra o domínio português. O movimento ocorrido no século XVIII, composto por distintos setores sociais, incluindo homens livres e libertos, que se enquadrou nesse perfil foi a

- a) Cabanagem.
- b) Conjuração Baiana.
- c) Revolta dos Malês.
- d) Balaiada.
- e) Revolução Praieira.

Comentários

- As alternativas A, C e D estão incorretas, pois tratam-se de revoltas ocorridas durante o século no XIX, no período regencial. Falaremos mais sobre esses conflitos em nossa próxima aula!
- A alternativa E está incorreta, pois a Revolução Praieira ocorreu na província de Pernambuco, entre 1848 e 1850. Falaremos mais sobre o episódio em nossa próxima aula!
- A alternativa B é a resposta. Inspirada em princípios da filosofia iluminista, a Conjuração Baiana foi um movimento que reivindicou direitos naturais dos homens, a ideia de que a soberania se encontrava no povo e que a lei deveria refletir a vontade daqueles a quem ela se dirige. Além de compartilhar das "francesias", modo como essas ideias eram chamadas pelas autoridades coloniais, os conjurados também adotavam um estilo particular de vestuário, com o intuito de serem reconhecidos como membros do "partido da Revolução".

4. CONSULTEC - Oficial (PM BA)/2014

Dez escravos foram presos e incluídos na devassa realizada pelo desembargador do Tribunal da Relação da Bahia, Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto [...]. Mas a questão não é a quantidade; a questão é que eram escravos.

Escravos na maioria pardos e nascidos na Bahia (o único escravo africano preso é o mina Vicente). Pelo que se acompanha nos autos da devassa que os colheu, todos eles souberam de conversas e encontros



conspirativos de homens livres, alguns brancos, outros pardos; alguns militares, oficiais de baixa e média patente, outros, artesãos. E ainda outros, intelectuais. (TAVARES, 2003, p. 86).

O movimento descrito no texto, cuja participação de escravos indica a luta pelo fim da escravidão se refere

a) à Inconfidência Baiana.

b) à Sabinada.

c) ao Cangaço.

d) ao movimento de Canudos.

e) à Revolta Tenentista.

Comentários

- A alternativa A é a resposta. A Conjuração Baiana foi um movimento organizado por negros livres e escravizados, bem como soldados e homens atrelados a ofícios urbanos, como alfaiates e sapateiros. Eles defendiam, dentre outras medidas, o fim da dominação portuguesa na região da Bahia, a proclamação de uma república democrática e o fim da escravidão.

- A alternativa B está incorreta, pois a não pregava o fim da escravidão. Organizada pelo médico Francisco Sabino, a Sabinada foi um movimento protagonizado pelos estratos médios de Salvador, defensores da implantação de uma República que garantisse a autonomia conquistada pela província a partir do Ato Adicional de 1834.

- As alternativas C, D e E, estão incorretas, pois tratam-se de movimentos que ocorreram no período republicano, quando não mais existia a escravidão.

5. CONSULTEC - Oficial (PM BA)/2010

África Brasil (Zumbi)

Angola, Conço, Benguela

Monjolo, Capinda, Nina

Quiloa, Rebolo

Aqui onde estão os homens

Há um grande leilão

Dizem que nele há uma princesa à venda

Que veio junto com seus súditos

Acorrentados em carros de boi

Eu quero ver quando Zumbi chegar

Eu quero ver o que vai acontecer

Zumbi é senhor das guerras



Zumbi é senhor das demandas
Quando Zumbi chega, é Zumbi quem manda

Pois aqui onde estão os homens
Dum lado, cana-de-açúcar
Do outro lado, um imenso cafezal
Ao centro, senhores sentados
Vendo a colheita do algodão branco
Sendo colhidos por mãos negras

(BEN JOR.2010)

A História do Brasil foi marcada por diversos movimentos sociais populares que lutaram por melhores condições sociais e contra as injustiças e as desigualdades. Dentre esses movimentos, o que contou com uma grande participação da população afrodescendente e que teve como um dos objetivos a criação de uma sociedade sem a separação jurídica, a partir do critério étnico e de cor foi

- a) a Conjuração Baiana.
- b) a Inconfidência Mineira.
- c) o Cangaço.
- d) o Tenentismo.
- e) a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Comentários

- A alternativa A é a resposta. A Conjuração Baiana foi um movimento organizado por negros livres e escravizados, bem como soldados e homens atrelados a ofícios urbanos, como alfaiates e sapateiros. Por meio de panfleto espalhados por toda a cidade de Salvador, os conjurados defendiam a implantação de uma república democrática, na qual a escravidão e a segregação racial seriam combatidas.
- A alternativa B está incorreta, pois os inconfidentes mineiros não buscaram eliminar o sistema escravista, tampouco as condições desiguais existentes entre homens negros e brancos na região das Minas.
- A alternativa C está incorreta, pois o cangaço é o nome dado a grupos de saqueadores que operaram no sertão nordestino durante o fim do século XIX e início do século XX. Cabe destacar que eles não almejavam a transformação da ordem social, sendo uma alternativa ao subjugo dos coronéis.
- A alternativa D está incorreta. O tenentismo é o nome dado à sequência de levantes promovidos por militares brasileiros na década de 1920, que defendiam o fim do caráter oligárquico da Primeira República e a moralização dos processos eleitorais. No entanto, não se trata de um movimento que trata da questão racial no Brasil.
- A alternativa E está incorreta, pois a Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi uma manifestação organizada em 1964, em oposição ao governo João Goulart e de teor anticomunista.

6. VUNESP - Soldado da Polícia Militar do Estado de São Paulo/2ª Classe/2007



Refleta sobre os textos.

Quanto à ação revolucionária propriamente dita, os inconfidentes tinham arquitetado um plano militar que deveria ser acionado no dia da derrama.

Animai-vos povo baianense que está por chegar o tempo feliz da nossa liberdade: o tempo que seremos todos irmãos, tempo em que seremos todos iguais.

(Luiz Koshiba e Denize Manzi Frayze Pereira, História do Brasil)

Os dois textos referem-se, respectivamente, aos movimentos conhecidos por Inconfidência Mineira e Conjuração Baiana.

Com base nos textos e no conhecimento histórico, pode-se afirmar que esses dois movimentos

I. defendiam os interesses econômicos da classe dominante das metrópoles europeias.

II. tinham em comum a luta pela ruptura dos laços coloniais entre Brasil e Portugal.

III. foram influenciados pelos ideais dos pensadores iluministas do continente europeu.

É correto o que se apresenta somente em

a) I.

b) II.

c) II e III.

d) III.

e) I e III.

- A afirmativa I está incorreta, pois as conjurações mineira e baiana foram movimentos emancipacionistas, ou seja, que buscavam a ruptura com Portugal.

- A afirmativa II está correta, afinal ambas buscavam a implementação de uma República, o que significaria a ruptura com os antigos laços coloniais.

- A afirmativa III está correta. Inspiradas em princípios da filosofia iluminista, as Conjurações Mineira e Baiana reivindicavam direitos naturais dos homens, a ideia de que a soberania se encontrava no povo e que a lei deveria refletir a vontade daqueles a quem ela se dirige.

Estando corretas as afirmativas II e III, a alternativa C é a resposta.

7. CPCON UEPB - Soldado (PM PB)/Combatente/2005 (e mais 1 concurso)

A presença maciça de portugueses na colônia a partir de 1808 e a grande quantidade de regalias por eles conquistadas em detrimento do homem da terra, bem como a má utilização do dinheiro público e a criação de novos impostos foram alguns dos motivos de um movimento armado que teve a adesão da Paraíba e cujos rebeldes pretendiam formar uma república federativa. O texto refere-se:

a) à Confederação do Equador.

b) à Revolução Pernambucana de 1817.

c) à Revolução Praieira.



- d) ao Ronco da Abelha.
- e) à Revolta de Quebra Quilos.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, pois a Confederação do Equador foi um movimento cuja eclosão está relacionada a outorga da Constituição de 1824, que conferia amplos poderes ao Imperador. Ele ocorreu durante o Primeiro Reinado, anos depois do contexto retratado pela questão.
- A alternativa B é a resposta. A Revolução Pernambucana eclodiu em Pernambuco, em decorrência do aumento dos impostos gerados pela transferência da Corte para o Rio de Janeiro. Além disso, também foi estimulado pela crise econômica vivida pela região, resultado de uma grande seca ocorrida em 1816 e da queda dos preços do açúcar e algodão.
- A alternativa D está incorreta. A Revolta do Ronco da Abelha ocorreu entre os anos de 1851 e 1852, ou seja, durante o Segundo Reinado. Seu estopim foi a aprovação dos decretos imperiais 797 e 798, que buscavam instituir o Registro Civil dos Nascimentos e Óbitos.
- A alternativa E está incorreta. A Revolta de Quebra Quilos ocorreu no Segundo Reinado, sendo uma reação popular à tentativa do governo central de implantar o sistema decimal em todo o país, o que ia contra aos métodos de aferir pesos e medidas utilizados pela população.

8. FADESP - Soldado (PM PA)/2007

Leia o texto abaixo:

“O acervo da Real Biblioteca, com cerca de 60 mil volumes, foi transferido para o Rio de Janeiro logo após a chegada da Família Real. O conjunto [...] deu origem à Biblioteca Nacional, hoje apontada pela UNESCO como a oitava maior biblioteca nacional do mundo.”

Revista de História - A Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 1, n. 1, jul. 2005, p. 26.

Com base na leitura do trecho acima e nos estudos históricos sobre a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, é correto afirmar que

- a) a Família Real portuguesa era uma das últimas monarquias constitucionais ilustradas da Europa, daí a importância da biblioteca real.
- b) o príncipe regente priorizava os livros porque tinha o projeto educacional de alfabetizar o povo brasileiro, principalmente os escravos e os mestiços, que eram responsáveis pela riqueza econômica do Brasil.
- c) o povo brasileiro recebe como herança do Estado português o investimento na educação de seus cidadãos, uma vez que todos os habitantes do reino português teriam acesso aos ‘cerca de 60 mil volumes’.
- d) a vinda da Família Real portuguesa não implicou somente a transferência do Estado português, mas estimulou também uma dinamização cultural e impulsionou a reurbanização da nova sede do governo português.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, pois D. João VI não era um monarca "ilustrado", ou seja, regido pelas ideias iluministas, mas um rei absolutista.



- As alternativas B e C estão incorretas, pois a biblioteca não era voltada para os súditos, mas para o uso da Família Real e dos demais membros da Corte.

- A alternativa D é a resposta. A transferência da Real Biblioteca foi uma das diversas medidas implementadas pela Corte a partir de 1808, que se transfere de Lisboa para o Brasil. Neste processo, o príncipe-regente D. João VI buscou promover uma série de medidas que visavam tornar o Rio de Janeiro a nova sede do Império Português, incluindo a reurbanização da cidade e o incentivo à produção de artistas estrangeiros.

9. NC-UFPR - Auxiliar de Perícia Oficial (PCie PR)/Auxiliar de Necrópsia/2007

Sobre o processo de ruptura do sistema colonial, é correto afirmar:

a) Quando D. João VI retornou a Portugal, deixou o príncipe-regente para governar o Brasil com a missão de promover a emancipação e a independência da colônia.

b) Com a Independência do Brasil, cessaram o domínio político português e a hegemonia comercial inglesa, principalmente a partir do fechamento dos Portos, que favoreceu os portugueses donos dos armazéns de secos & molhados.

c) As Cortes de Lisboa desejavam recolonizar o Brasil e, para isso, exigiam o regresso do príncipe-regente e a substituição dos governos das províncias, o que contribuiu para a declaração de Independência.

d) O nascimento do Brasil independente levou à imediata eleição dos seus governantes pelo povo e colocou fim à escravidão, favorecendo a instalação de fábricas e manufaturas.

e) A declaração de Independência garantiu a ordem no Brasil e restabeleceu a autoridade imperial, o que acalmou os republicanos e pôs fim às sangrentas lutas nas províncias.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, pois a permanência do príncipe-regente na América Portuguesa não visava a conduzir um processo de emancipação política, mas manter a influência da Corte junto às elites luso-brasileiras.

- A alternativa B está incorreta, pois apesar do Brasil obter a independência política de Portugal, os ingleses mantiveram sua hegemonia econômica no novo país.

- A alternativa C é a resposta. Com a tentativa de recolonização do Brasil, as elites luso-brasileiras passaram a unir esforços em favor da emancipação política, com o intuito de conservar a autonomia obtida durante o período joanino.

- A alternativa D está incorreta, pois o Brasil independente manteve os traços agroexportador e escravista da economia, formulados no período colonial.

- A alternativa E está incorreta, pois o pós-1822 foi marcado por diversas rebeliões em diversas partes do território brasileiro, tais como a Confederação do Equador, a Revolta do Malês e a Sabinada.

10. CONSULTEC - Oficial (PM BA)/2014

No ano cristão de 1501, no primeiro dia de novembro, a primeira igaraçu [canoa grande: navio português] cruzou a barra da baía para rebatizá-la Baía de Todos-os-Santos. Eram ao todo três os navios que compunham



a expedição do português Gonçalo Coelho e do florentino Américo Vespúcio. Sua missão era fazer o reconhecimento das terras ocidentais do Atlântico Sul, das quais se tinha notícia através dos relatos da expedição do espanhol Hojeda e do português Cabral. Os navegadores descobriram as qualidades de Kirimurê [mar interior] e seus habitantes: bom porto, lugar de reabastecimento fácil, população hospitaleira. Aqui descansaram por 27 dias e, ao sair, ensinaram aos tupinambás a escravidão, comprando-lhes dez prisioneiros de guerra que venderam na Europa.

(BUENO, 1998, p. 47).

A Baía de Todos-os-Santos não se constitui apenas um acidente geográfico, mas se integra, juntamente com seus habitantes, ao processo de desenvolvimento histórico baiano, na medida em que

a) a expedição de Gonçalo Coelho encontrou povos indígenas em estágio primitivo e culturalmente atrasado, cuja mão de obra se mostrou ineficaz ao sistema produtivo português, em função do desconhecimento desses povos de atividades agrícolas.

b) o processo colonial se instalou, no Brasil, com o objetivo de catequisar os povos pagãos e convertê-los ao catolicismo, relegando os aspectos econômicos a segundo plano, o que explica a pouca importância que a Bahia e Portugal tiveram no cenário comercial mercantilista.

c) o controle sobre a Baía de Todos-os-Santos foi fundamental para a expulsão dos holandeses da Bahia, que vieram para essa região para estabelecer um ponto de captura e revenda de africanos escravizados para a Europa e suas colônias.

d) os colonos baianos, interessados no livre comércio entre o Brasil e demais nações livres, expulsaram, durante o processo de independência, o último foco de resistência portuguesa no Brasil, rompendo definitivamente os laços coloniais com Portugal.

e) as insurreições malês, ocorridas no entorno da Baía de Todos-os-Santos, minaram a base de sustentação do sistema escravista, provocando a imediata substituição do trabalho compulsório pela mão de obra livre, o que levou um grande apoio popular ao governo imperial.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal a mão de obra indígena foi utilizada pelos conquistadores europeus a partir de 1500, seja sob a forma do escambo, seja por meio da escravidão.

- A alternativa B está incorreta, pois a colonização se deu tanto por motivações econômicas quanto religiosas. Além disso, ao longo do período colonial a Bahia se tornou uma das mais importantes capitanias do Brasil, um dos principais centros de exportação de açúcar e tabaco, além de ser um dos mais destacados pontos de tráfico de escravizados. Por fim, cabe lembrar que a região foi contemplada para a fundação de Salvador, cidade que a partir de 1549 se torna centro administrativo da Colônia.

- A alternativa C está incorreta, afinal a tentativa de conquista da Baía de Todos-os-Santos pelos holandeses tinha como objetivo a criação de uma nova colônia holandesa, a ser administrada pela Companhia das Índias Ocidentais.

- A alternativa D é a resposta. Com o intuito de manter as mudanças implementadas a partir de 1808, brasileiros que habitavam Salvador se rebelaram contra a tentativa de recolonização do Brasil, dando início a conflitos que travados contra os portugueses que culminariam com a expulsão destes, em 1822.

- A alternativa E está incorreta, afinal a Revolta dos Malês não almejou o fim da escravidão, mas a implementação de uma ordem islâmica em Salvador.



11. FCC - Soldado (PM BA)/2012

No processo da Independência do Brasil, a Bahia

- a) recusou a autonomia da Assembleia Legislativa local, concedida por Pedro I.
- b) gerou o movimento republicano da Confederação do Equador.
- c) acatou as determinações das Cortes de Lisboa que exigiam a volta de Pedro I.
- d) lutou contra as tropas portuguesas, expulsando-as em 2 de julho de 1823.
- e) combateu ao lado das tropas portuguesas que defendiam a recolonização do Brasil.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal as Assembleias Legislativas provinciais só foram criadas pelo Ato Adicional de 1834, durante o período regencial.
- A alternativa B está incorreta. A Bahia não fez parte da Confederação do Equador, movimento de caráter republicano organizado por revoltosos de Pernambuco e que também contou com a participação de indivíduos da Paraíba, Ceará e Rio Grande Norte.
- A alternativa C está incorreta, pois a Bahia foi um local de resistência às tentativas de recolonização coordenadas pelos portugueses.
- A alternativa D é a resposta. A Bahia foi palco de alguns dos principais confrontos travados entre portugueses e brasileiros, incluindo a Batalha do Itajaí. Os lusos foram expulsos pelos adversários em Salvador, e após duas malsucedidas tentativas de furar o bloqueio formado no Recôncavo, abandonaram a cidade, em 2 de julho de 1823.
- A alternativa E está incorreta, pois os baianos lutaram contra os portugueses nas guerras de independência.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.